



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2025-2029)

ATA N.º 8/2025

Sessão Ordinária Pública, de 30 de dezembro de 2025

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.º Secretário: José Vitorino Rodrigues Pereira

2.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- André Alexandre Filipe de Oliveira (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Emília Domingos Justo (CH);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Joana Isabel Mendonça Morcela (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- José Vitorino Rodrigues Pereira (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova (PPD/PSD);
- Luís Filipe Faleiro Machado (PS);

- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima (PS);
- Rui Manuel Rocha Horta (PPD/PSD);
- Sofia Isabel Costa Gomes (PS);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Viriato Luís Santana de Jesus (PPD/PSD).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira, João Miguel Viegas de Mendonça;
- Junta de Freguesia de Conceição de Tavira, Hélder dos Mártires Palma da Conceição;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Arménio Manuel Horta Viegas;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Nuno Leonel Gonçalves Mateus;
- Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Baptista;
- Junta de Freguesia de Santo Estevão, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Carlos Filipe Pacheco Soares (PS);
- José Maria Almeida Pires Marques de Campos (CH);
- Luís Manuel Duarte de Brito (PPD/PSD);
- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD).

--- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelas vinte e uma horas. -----

--- Começou por cumprimentar a Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais e presidentes de junta de freguesia, o público presente e quem assistia através das redes sociais do Município, os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio, os técnicos de informática, de som e de imagem. -----

--- Informou que quanto à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPd), o público presente e os colaboradores do Município que estavam a apoiar os trabalhos da Assembleia Municipal teriam de prestar autorização expressa. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que os deputados municipais Carlos Filipe Pacheco Soares, José Maria Almeida Pires Marques de Campos, Luís Manuel Duarte de Brito, Muriel Cristina Dias Neto e Natércia Maria Teixeira Joaquim tinham solicitado substituição naquela Sessão, tendo sido substituídos por Sofia Isabel Costa Gomes, André Alexandre Filipe de Oliveira, Joana Isabel Mendonça Morcela, Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires e Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova, respetivamente.-----

--- Solicitou ao **Primeiro-Secretário, Deputado Municipal José Vitorino Rodrigues Pereira**, que procedesse à chamada.-----

Presenças: Ana Rita Gonçalves Pacheco, André Alexandre Filipe de Oliveira, Arménio Manuel Horta Viegas, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Emília Domingos Justo, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Joana Isabel Mendonça Morcela, João Miguel Viegas de Mendonça, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Vitorino Rodrigues Pereira, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova, Luís Filipe Faleiro Machado, Maria Manuela Gonçalves Romão, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima, Rafael Ribeiro Dias, Rui Manuel Rocha Horta, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira, Sofia Isabel Costa Gomes, Sónia Margarida Correia Tomás e Viriato Luís Santana de Jesus.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Maria Manuela Gonçalves Romão, que procedesse à leitura da correspondência. -----

--- **A Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Romão** informou que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- «*O Patinagem Clube de Tavira remeteu convite para assistir ao Festival de Natal, que se realizou no dia 7 de dezembro de 2025;*-----

--- *A Direção Geral das Autarquias Locais remeteu para conhecimento, ofício circular sobre a definição do colégio eleitoral para efeitos de eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;*-----

--- *O Clube Recreio e Desporto Santaluziense remeteu convite para assistir a 17ª edição da Corrida de São Silvestre Vila de Santa Luzia, que se realizou no dia 13 de dezembro de 2025;*-----

--- *O Secretário-geral do Partido Socialista remeteu proposta sobre os prazos máximos de pagamento às autarquias locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o estado;*-----

- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista remeteu carta sobre a Proposta de aumento de vagas no Ensino Superior e aos riscos para a sustentabilidade das Instituições do Interior; -----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve remeteu documento sobre o Programa Regional Fundos Europeus de Coesão; -----
- A Academia Sénior de Tavira remeteu convite para festa de Natal que se realizou no dia 19 de dezembro de 2025; -----
- A Direção Geral das Autarquias Locais remeteu para conhecimento a lista provisória dos cadernos eleitorais para eleição do presidente e de um vice-presidente para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Algarve; -----
- A Freguesia de Santa Luzia remeteu convite para visitar a “Santa Luzia Vila Natal”, que se realizou nos dias 19 a 21 de dezembro de 2025; -----
- Os deputados municipais Natércia Joaquim, Muriel Dias, Luís Brito, Carlos Soares e José Maria Campos, solicitaram a substituição na Sessão da Assembleia Municipal do dia 30 de dezembro de 2025; -----
- A Associação de Artes e Sabores de Tavira remeteu convite para o XXIV aniversário que se realizou no dia 27 de dezembro de 2025; -----
- A Direção Geral das Autarquias Locais remeteu listas definitivas do colégio eleitoral para a eleição indireta do presidente e de um vice-presidente para Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; -----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais informou sobre os valores das quotas para o ano de 2026; -----
- O Partido Socialista remeteu moção sobre a possível reorganização do INEM e a saúde no Algarve; -----
- O Partido Socialista remeteu um voto de congratulação pelos êxitos do Clube Recreio e Desporto Santaluziense; -----
- O Partido Socialista remeteu dois votos de louvor à investigadora Brígida Baptista pelo seu contributo à investigação e valorização do património marítimo do Algarve e à Banda Musical de Tavira pelas comemorações do seu Centenário; -----
- O Partido Socialista remeteu um voto de pesar pelo falecimento de Tela Leão; -----
- O Partido Social Democrata remeteu voto de louvor sobre a comemoração dos 125 Anos da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo; -----
- O Partido Social Democrata remeteu um voto de pesar pelo falecimento de Tela Leão; -----
- O Partido Chega remeteu um voto de congratulação ao Clube Recreio e Desporto Santaluziense; -----



--- A Freguesia de Conceição remeteu convite para assistir ao "XXIX Encontro de Charolas 2026" que se realizará no dia 01 de janeiro de 2026.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou sobre o modo como a Assembleia Municipal iria decorrer. -----

--- Iniciavam com o Período Antes da Ordem do Dia onde seriam apresentados os votos de louvor e congratulação, as moções e os votos de pesar, seguindo-se as intervenções dos deputados municipais sobre assuntos que não fizessem parte da Ordem do Dia. Posteriormente, teriam a intervenção do público que, pretendendo intervir poderia fazê-lo inscrevendo-se para tal até ao período Antes da Ordem do Dia. Relembrou que as intervenções do público não podiam tratar de assuntos que integrassem a Ordem do Dia, bem como, serem superiores a três (3) minutos. -----

--- Teriam a informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, seguida da Ordem do Dia. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão o Voto de Louvor à Banda Musical de Tavira pelo seu centenário (1925-2025) apresentado pelo Partido Socialista (PS).-----

--- O Deputado Municipal Sérgio Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, cumprimentou todos e procedeu à leitura: -----

-- «Voto de Louvor à Banda Musical de Tavira pelo seu centenário (1925-2025) -----

--- Fundada em 1 de dezembro de 1925 como "Banda Musical dos Bombeiros Municipais", com 25 elementos, adotou nesse mesmo ano a designação "Banda Musical de Tavira", por iniciativa do poeta e Presidente da Câmara Municipal de então, Isidoro Manuel Pires. Trata-se de uma coletividade centenária que se mantém viva até aos nossos dias graças à dedicação de sucessivas direções e músicos, permanentemente empenhados na transmissão e no ensino da música. -----

--- A sua criação insere-se numa rica tradição musical taviense que remonta ao século XIX, nomeadamente com a Banda do Regimento de Infantaria (1803), a Sociedade Filarmónica Tavirense (1839), a Filarmónica dos Artistas de Tavira (1859) e as célebres filarmónicas rivais "Os Limpinhos" (1886) e "Os Namarraís" (1887). Após a transferência da Banda do Regimento para Faro em 1911 e o fim de "Os Limpinhos" em 1919, a criação da Banda Musical de Tavira veio preencher um vazio na vida cultural da cidade. -----

--- Ao longo deste século de existência, várias gerações de músicos integraram esta instituição, algumas das quais prosseguiram carreira profissional, contribuindo significativamente para o panorama musical nacional. Em junho de 2025, a Banda foi distinguida com a medalha municipal de mérito grau ouro, reconhecimento que atesta o seu prestígio e importância para a comunidade. Em setembro de 2025, teve a honra de protagonizar, ao lado da cantora Viviane, a cerimónia de



reabertura do Teatro Municipal António Pinheiro, reafirmando o seu papel central na vida cultural tavirense.-----

--- *Atualmente, a Banda Musical de Tavira é composta por cerca de 45 elementos, sob a direção do maestro Filipe Martins Bagarrão, e mantém uma Escola de Música que acolhe diversos alunos, assegurando a continuidade da tradição e do ensino desta arte.*-----

--- *A banda apresenta uma agenda cultural dinâmica, participando em concertos, festivais, arruadas e procissões. Merece particular destaque a Charola que, no início de cada ano, interpreta e apresenta cânticos em honra do Menino Jesus, preservando tradições musicais ancestrais da cidade.*-----

--- *Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera:*-----

--- *1. Aprovar um Voto de Louvor pela comemoração do centenário da Banda Musical de Tavira; --*

--- *2. Dar conhecimento desta deliberação à Banda Musical de Tavira, apresentando-lhe as devidas felicitações pelo seu notável percurso e inestimável contributo cultural;*-----

--- *3. Remeter cópia da deliberação à Câmara Municipal de Tavira, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos meios de comunicação do Município de Tavira.»*-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** desejou boa-noite a todos e disse que a bancada do Partido Social Democrata (PSD) não podia deixar de se associar àquele Voto de Louvor, dizendo bem-haja à Banda Musical de Tavira pelo seu centenário, que muito tinha contribuído, não apenas para a cultura tavirense mas também por ser uma das bandas musicais mais antigas do país e por ter sido uma Escola de Música ao nível do concelho.-----

--- *Desejou que continuasse daquele modo por muitos mais anos.*-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Voto de Louvor à Banda Musical de Tavira pelo seu centenário (1925-2025), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

--- *O documento original remetido pelo PS encontra-se em anexo à presente ata como documento número um (1).*-----

--- **Passou ao Voto de Louvor pela Comemoração dos 125 anos da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo** apresentada pelo PSD.-----

--- **A Deputada Municipal Sónia Tomás** cumprimentou todos e procedeu à leitura do Voto de Louvor:-----

--- *«O dia 14 de dezembro de 1899 marca a fundação da União Velocipédica Portuguesa, que posteriormente em resultado da legislação desportiva posta em vigor no dia 1 de janeiro de 1944, passa a ser designada por UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo.*-----

--- Desde logo o ciclismo tornou-se a modalidade mais popular do desporto nacional, principalmente através da Volta a Portugal, que contou com a primeira edição em 1927 e levou o desporto à porta de todos os portugueses, um desporto que conseguiu unir todo o país e que esteve na génese da popularidade de alguns dos maiores clubes nacionais. -----

--- Desde a popularidade inicial, à afirmação no desporto nacional e internacional e às mais recentes conquistas de títulos Mundiais e Olímpicos, há um percurso de sucesso que queremos reconhecer e louvar. -----

--- Tavira sempre foi uma cidade de fortes tradições no ciclismo primeiro com o Ginásio Clube de Tavira e desde 1979, de forma ininterrupta, pelo Clube de Ciclismo de Tavira. Em reconhecimento de todo o historial do nosso Município e do seu contributo para o ciclismo nacional, agradecemos a distinção pública com o “Prémio Dedicção” outorgada pela UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, ao Município de Tavira. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de dezembro de 2025, delibera: --

--- Aprovar um Voto de Louvor pelos 125 anos de atividade da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo; -----

--- Felicitar a Direção da Federação, bem como todas as Associações Regionais, Equipas, Atletas, Técnicos e Dirigentes ligados à modalidade; -----

--- Agradecer à UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, o reconhecimento e a distinção do Município de Tavira com o prémio dedicação, autarquia que acolhe a equipa mais antiga do pelotão mundial; -----

--- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo; -----

--- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Louvor pela Comemoração dos 125 anos da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- O documento original remetido pelo PSD, encontra-se em anexo à presente ata como documento número dois (2). -----

--- Passou ao Voto de Louvor à Investigadora Brígida Baptista pelo seu contributo à investigação e valorização do Património Marítimo do Algarve apresentado pelo PS. -----

--- A Deputada Municipal Patrícia Lima cumprimentou todos e procedeu à leitura do Voto de Louvor:-----



--- «Brígida Baptista, natural de Santa Luzia e investigadora do Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa, tem focado o seu trabalho na história da pesca do atum no Algarve, especificamente em Santa Luzia e na armação do Barril.-----

--- Durante mais de uma década, a investigadora reuniu fontes históricas, cartográficas e testemunhos orais, permitindo recuperar memórias e património material que estavam em risco de se perder. Este trabalho resultou na criação do projeto "Odisseia do Atum", que une a história, a educação e o turismo, através de rotas interpretativas e atividades pedagógicas que envolvem escolas e associações locais. -----

--- O mérito do seu trabalho foi recentemente reconhecido com o prémio Research Impact Narratives da NOVA FCSH, que distingue o impacto social e científico da investigação académica. Além deste prémio, Brígida Baptista foi condecorada em 2024 com a Medalha de Mérito da Junta de Freguesia de Santa Luzia. O seu trabalho foi também decisivo para a preservação do património físico na Praia do Barril, como a sinalização de âncoras históricas.-----

--- Pelo exposto, a investigação de Brígida Baptista demonstra como o estudo científico pode contribuir diretamente para a valorização e gestão do território.-----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera:-----

--- 1. Aprovar um Voto de Louvor à investigadora Brígida Baptista pelo seu trabalho científico e patrimonial; -----

--- 2. Felicitar a investigadora pelo prémio recebido e pelo impacto da sua atividade no concelho; -

--- 3. Dar conhecimento desta deliberação à visada, à Câmara Municipal de Tavira e aos órgãos de comunicação social, procedendo à sua publicação nos meios do Município.» -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que em nome da bancada do PSD parabenizava Brígida Baptista por aquela conquista e louvavam todo o trabalho que tinha desenvolvido no âmbito da pesca do atum em Santa Luzia, como o estudo da pesca do atum e toda a criação conjunta da rota de atum que constituía uma mais-valia para a sua dinamização e conhecimento.-

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Louvor à Investigadora Brígida Baptista pelo seu contributo à investigação e valorização do património marítimo do Algarve, que foi aprovado por unanimidade.**-----

--- O Voto de Louvor apresentado pelo PS, encontra-se em anexo à presente ata como documento número três (3). -----

--- Passou à apreciação do Voto de Congratulação – Clube Recreio e Desporto Santaluziense, apresentado pelo PS e pelo CHEGA.-----

--- O **Deputado Municipal David Martins** cumprimentou todos e desejou que as Festas estivessem a decorrer da melhor forma, em ambiente familiar, apesar do frio, mas certamente com corações muito quentes. -----

--- Relativamente àquele voto, até porque existiam dois votos que eram comuns tanto ao CHEGA, naquele caso, como ao PSD no caso do Voto de Pesar que iriam apreciar, sugeria que pudessem ser elaborados votos em conjunto porque todos tinham a mesma missão, o mesmo interesse em salientar, destacar, relevar, no caso do Clube Desportivo, o seu brilhante exercício e resultados obtidos e, no caso do Voto de Pesar, infelizmente, por um falecimento. -----

--- Assim, deixava à consideração a possibilidade de aceitarem elaborar em conjunto um Voto de Congratulação pelo Clube de Recreio e Desporto Santaluziense, bem como o Voto de Pesar pelo falecimento de Tela Leão.-----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que no caso do Voto de Pesar pelo falecimento de Tela Leão, não tinham qualquer objeção em que fosse elaborado em conjunto. De qualquer modo, cada um procederia à leitura do seu, mas poderia depois ser apresentado um conjunto, como tinham feito ao longo do mandato anterior.-----

--- O **Deputado Municipal Gonçalo Santos** referiu que por parte do CHEGA não viam qualquer inconveniente em elaborarem um voto conjunto. -----

--- O **Deputado Municipal David Martins** agradeceu às bancadas por terem aceitado a sugestão. -

--- O **Deputado Municipal Nuno Mateus** disse que, como Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, era um orgulho proceder à leitura do Voto de Congratulação apresentado pelo PS: ----

--- *«O Clube de Recreio e Desporto Santaluziense alcançou, no passado dia 21 de dezembro de 2025, no Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho, em Tavira, a conquista da Taça de Campeão de Inverno da Liga 1. -----*

--- *Este título coroa, com inteira justiça, o empenho e o profissionalismo demonstrados pelos órgãos sociais, equipas técnicas e atletas de Futsal que, ao longo do tempo, têm sabido preservar um forte espírito de união e uma ambição constante de vencer. Mais do que um êxito pontual, esta vitória é o reflexo de um trabalho sustentado e de uma dedicação contínua que prestigia o clube e eleva o nome da Vila de Santa Luzia. -----*

--- *A Assembleia Municipal de Tavira reconhece o mérito individual e coletivo de todos os envolvidos, sublinhando, paralelamente, o apoio fundamental da Câmara Municipal de Tavira, cujo contributo logístico e institucional foi determinante para o sucesso deste evento e para o desenvolvimento da modalidade no concelho. -----*

X
X
dy

--- Este voto de congratulação estende-se a todos os membros da família santaluziense e à comunidade que entusiasticamente os apoia, fazendo votos de sucessos renovados e de um percurso desportivo pautado por futuras e meritórias conquistas.-----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 30 de dezembro de 2025, delibera:-----

--- 1.Aprovar um Voto de Congratulação pelos êxitos do CRD Santaluziense, felicitando atletas, familiares, equipas técnicas, dirigentes, associados e adeptos;-----

--- 2. Dar conhecimento da presente deliberação à Direção do clube, à Câmara Municipal de Tavira, à Associação de Futebol do Algarve e aos órgãos de comunicação social, procedendo à sua publicação nos canais oficiais do Município. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que apesar de ser um voto conjunto também iria dar a oportunidade ao CHEGA de ler o seu voto de congratulação. -----

--- O Deputado Municipal Gonçalo Santos procedeu à leitura do Voto de Congratulação apresentado pelo CHEGA: -----

--- «Vem o grupo municipal do Partido Chega, por meio deste voto, expressar o reconhecimento e a valorização pela notável conquista do CRD Santaluziense, ao vencer a Taça de Campeão de Inverno - Liga 1 da Associação de Futebol do Algarve, um feito que dignifica o nome da nossa cidade e da vila de Santa Luzia e traz grande orgulho à comunidade de Tavira.-----

--- Este triunfo não é apenas fruto do esforço e da dedicação de cada um dos jogadores, mas também do trabalho árduo de toda a equipa técnica, dos dirigentes e do apoio dos adeptos, que ao longo da temporada se mantêm firmes e comprometidos com o sucesso do clube.-----

--- A determinação, o espírito de equipa, e a perseverança demonstrados ao longo da competição refletem o verdadeiro valor do CRD Santaluziense e o papel fundamental do desporto na construção de uma comunidade mais unida. -----

--- Portanto, em nome do grupo municipal do Partido CHEGA é com grande satisfação que apresento este Voto de Congratulação, reconhecendo o feito da equipa e de todos os que contribuíram para esta grande vitória. -----

--- A Assembleia Municipal de Tavira, com este gesto simbólico, pretende não apenas felicitar o CRD Santaluziense, mas também incentivar a continuidade do trabalho desportivo de excelência, que é um orgulho para a nosso concelho. -----

--- No seguimento, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de dezembro de 2025, delibera:-----

--- Congratular o Clube Recreio e Desporto Santaluziense;-----

--- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação nos órgãos de comunicação social locais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.» -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, pelo referido anteriormente, não iria colocar os dois votos a votação, mas o Voto de Congratulação conjunto, ao Clube Recreio e Desporto Santaluziense, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

--- O voto conjunto encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro (4).-

--- Passou à Moção – Sobre a possível reorganização do INEM e a Saúde no Algarve apresentada pelo PS. -----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira cumprimentou todos e procedeu à leitura da Moção:-----

--- «Foi com profunda preocupação que tomámos conhecimento das intenções do Governo relativamente à reorganização do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), que poderá incluir a extinção da Delegação Regional do Algarve e alterações estruturais nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). -----

--- A Delegação Regional do Algarve, em Loulé, é uma infraestrutura moderna e estratégica, resultado de uma parceria entre o INEM e o poder local para reforçar a eficácia e a proximidade do socorro em toda a região. A sua localização privilegiada — junto à Cidadela da Segurança — permite uma coordenação ímpar entre meios aéreos, bombeiros e o Comando Regional de Proteção Civil. -----

--- O encerramento ou a redução desta delegação representaria um grave retrocesso, comprometendo a rapidez e a qualidade do socorro, ao mesmo tempo que desperdiçaria valioso investimento público. -----

--- Acresce a esta preocupação a indisponibilidade recorrente do helicóptero de emergência médica sediado em Loulé, situação que gera um justificado alarme social e coloca em risco vidas humanas. É urgente que o Ministério da Saúde garanta a plena operacionalidade deste meio aéreo, essencial para assegurar o socorro em tempo útil numa região extensa como o Algarve.-----

--- A par desta incerteza, manifestamos igual apreensão quanto ao sucessivo adiamento das obras do novo Hospital Central do Algarve. Sem este investimento estruturante, e perante as reformas anunciadas pelo Governo, as dificuldades da saúde na região irão inevitavelmente agravar-se, penalizando cidadãos e profissionais.-----

--- Consideramos fundamental que o Ministério da Saúde e o Governo assegurem transparência e diálogo com as autarquias e as populações. Qualquer reorganização deve: -----




--- 1. *Respeitar e consolidar os investimentos realizados, mantendo a Delegação Regional do INEM no Algarve;*-----

--- 2. *Assegurar a continuidade e a melhoria da resposta dos CODU e o fortalecimento da ANEPC;* -

--- 3. *Garantir que o Algarve não perca capacidade operacional, proximidade no socorro, nem qualidade assistencial.*-----

--- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera comunicar esta posição ao Gabinete do Primeiro-Ministro, à Ministra da Saúde, aos Presidentes da ANEPC e do INEM, aos Deputados eleitos pelo círculo do Algarve e a todos os Municípios da região, apelando à preservação de um serviço de emergência médica digno, eficaz e próximo das populações.*»-----

--- **A Deputada Municipal Emília Justo** cumprimentou os presentes e os que estavam a assistir em casa. Disse que a sua intervenção consistia no facto de estarem de acordo com a Moção que tinha sido apresentada pelo PS, sobre a reestruturação do INEM, que desconheciam ainda como seria efetuada sendo que a Delegação Regional do Algarve era uma estrutura importante para a melhoria, operacionalidade e capacidade de resposta ao socorro pré-hospitalar na região do Algarve sendo fundamental para a coordenação, gestão e resposta rápida a emergências médicas, garantindo que as vítimas de acidentes graves, e outras, recebessem todos os cuidados do pré-hospitalar necessários e que fosse efetuado um transporte hospitalar adequado à situação clínica.

--- Toda aquela gestão era efetuada pela Delegação Regional do Algarve sendo necessário reforçar aquela gestão, mantendo-a no Algarve, ao invés de extingui-la. Era preciso que fosse mais eficaz e sendo sempre aquela gestão efetuada através do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), como a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha referido, e muito bem, onde era efetuada a gestão de todos os meios com várias entidades, com os hospitais, não apenas a nível do Algarve, quando havia a necessidade de transferir doentes, quer fossem helitransportados ou através de ambulâncias para hospitais diferenciados por não existirem os cuidados necessários adequados a algumas situações clínicas dos doentes do Algarve, a situação deveria de preocupar todos os algarvios uma vez que aquela gestão poderia estar em causa. -----

--- Existia uma gestão eficaz com os meios que dispunham, viaturas médicas de emergência e reanimação das ambulâncias SIV (Suporte Imediato de Vida) que eram mais diferenciadas, ambulâncias dos Bombeiros, da Cruz Vermelha, o helicóptero, apesar de alguns constrangimentos que se tinham verificado nos últimos tempos, e ainda a articulação que tinham referido, com as unidades hospitalares, quer fosse do Algarve ou nacionais, além de também conseguirem fazer a coordenação com outras entidades, autoridades, Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP) e ainda a Proteção Civil.-----

Handwritten signature and initials in blue ink.

--- A Delegação Regional do Algarve proporcionava uma resposta mais rápida, eficiente e eficaz, sobretudo em períodos de grande afluência, normalmente o verão, pelos turistas. O Algarve era conhecido pelo turismo e belas praias, pelo que ficando o socorro pré-hospitalar comprometido, provavelmente também se começaria a refletir no turismo que não tinham um socorro adequado.

--- Tal situação também se verificava ao nível do desporto, nomeadamente nos Ralis, nos autódromos, uma vez que, aparentemente iriam voltar a realizarem-se provas de Fórmula 1, sendo o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) coordenador com a gestão de todas as entidades necessárias à organização, gestão e articulação dos meios de socorro não apenas para os eventos que se iriam realizar dentro do autódromo, mas também as ocorrências fora dele.-----

--- Considerava que aquele socorro não podia ser analisado apenas pontualmente porque existiam emergências que desconheciam, ou problemas que não sabiam como seriam resolvidos na refundação do INEM que tanto era falada e que os deixava a todos algo apreensivos e nervosos.-----

--- O que pretendia salientar era que não devia de ser apenas naqueles momentos que deviam de falar sobre a Saúde no Algarve, pois ao nível do socorro pré-hospitalar os algarvios mereciam e tinham todo o direito em ter cuidados de saúde pré-hospitalares com qualidade e eficiência, não devendo de ser esquecidos pelo Governo como sucessivamente vinha a acontecer ao longo dos últimos anos.-----

--- Acreditava que não deviam, nem podiam, ser abandonados e mereciam respeito, pelo que deviam de lutar pelos interesses dos algarvios e, naquele caso, lutar pela emergência pré-hospitalar.-----

--- Pensava que era um momento em que todos os algarvios, todas as autarquias do Algarve se deviam de unir, não apenas Tavira, porque era algo para o bem comum, não apenas para um partido político, uma comunidade, mas era para bem do Algarve, de todos os algarvios, uma vez que o que estava em causa não era apenas o pré-hospitalar mas o Serviço Nacional de Saúde (SNS) ao nível do Algarve.-----

--- Há muito tempo que tinham um SNS destruído, com muitos anos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** alertou a Deputada Municipal Emília Justo de que a sua intervenção já tinha ultrapassado os cinco (5) minutos. -----

--- **A Deputada Municipal Emília Justo** disse que iria concluir, referindo que era fundamental estarem todos unidos no sentido de a Delegação do INEM ser mantida em Loulé, no Algarve, e que a Gestão Local de Emergência do INEM deveria de continuar na região algarvia para que toda a estrutura de otimização de recursos se mantivesse coordenada e que o Sistema Integrado de

Emergência Médica (SIEM) pudesse garantir todos os cuidados pré-hospitalares com eficiência, proximidade e para todos os algarvios, residentes e os que visitavam o Algarve.-----

--- Terminou dizendo que aquela Delegação era de proximidade e conhecimento da área o que a tornava mais eficiente na gestão dos meios, do socorro pré-hospitalar no Algarve. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que a Deputada Municipal Emília Justo tinha ali apresentado de uma forma detalhada, e bem, os problemas que se vivenciavam na emergência médica pré-hospitalar do qual tinha um conhecimento profundo. -----

--- Considerava que todos se deviam de unir, preocupar, e exercer influência junto de quem tinha a decisão.-----

--- No organograma futuro a Delegação Regional do Algarve seria extinta, ficando apenas em Lisboa, Coimbra e Porto, o que era o mesmo que extinguir, faltando única e exclusivamente a decisão política, que era tomada pelo Governo em funções, sendo por isso muito importante que todas as bancadas ali presentes, nomeadamente do PSD, e os deputados regionais que representavam o Algarve, eleitos pelo Algarve, exercessem toda a pressão junto do poder político, na Assembleia da República e Governo, ou onde quer que fosse, para que tal não acontecesse no Algarve.-----

--- Terminou dizendo que era fundamental que o fizessem e que todos os partidos políticos se tinham de unir porque o que estava em causa era a Saúde dos algarvios, era a região do Algarve e dos visitantes o que teria também reflexos na economia. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** cumprimentou todos e disse que aquela era a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal pelo que pretendia desejar a todos o exercício de um bom mandato e que ali estivessem todos para discutir e resolver os problemas dos tavirenses e, também, influenciar a esfera regional que era o que procuravam fazer com aquela Moção.-----

--- Considerava que era uma Moção interessante e até seria muito proveitosa quando conhecessem a Proposta de Lei Orgânica para o INEM pois do que havia conhecimento era do Relatório da Comissão Técnica Independente e, portanto, estarem ali a referir que eram intenções do Governo, não lhe parecia correto.-----

--- Quando existisse uma Lei Orgânica, decidiriam o que deviam ou não fazer. Tratando-se de uma Lei Orgânica, era uma Lei de valor reforçado o que queria dizer que tinha de ter um amplo consenso na Assembleia da República.-----

--- Sendo taxativo, aceitava aquela Moção a duzentos por cento (200 %) quando tivessem a Proposta da Lei Orgânica, mas, naquele momento, considerava a Moção completamente extemporânea. -----



--- Pensava que dizer o que quer que fosse sobre a Saúde no Algarve era fácil, pois existiam tantos problemas para resolver que era fácil elaborar moções sobre a Saúde, sendo por isso que considerava muito difícil estarem a fazer e votar moções quando ainda desconheciam qual era realmente a proposta. Tal como todos, ele também tinha aquelas preocupações que se viesse a acontecer em janeiro o que era preconizado, ele seria o primeiro a tentar influenciar em todos os campos de ação que fossem necessários, juntando-se ao PS, ao CHEGA, ao Partido Comunista Português (PCP), a quem quer que fosse, para se manifestarem contra. Contudo, naquele momento, considerava extemporâneo.-----

--- Terminou dizendo que pensava que aquele não era o momento certo, que deviam de aguardar um (1) mês.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** manifestou que não tinha considerado intervir naquele caso em concreto, no entanto estava preocupado porque lhe parecia que, designadamente, o Deputado Municipal Artur Gomes em particular, considerava que a Moção era extemporânea quando tinha conhecimento que abordava um tema gravíssimo.-----

--- No dia seguinte era 31 de dezembro de 2025, seguindo-se 1 de janeiro 2026, já estavam no ano seguinte, e o que era verdadeiro era que não existia hospital e o Deputado Municipal Artur Gomes não parecia estar preocupado. Não estava preocupado politicamente porque lhe era inconveniente.-----

--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Artur Gomes disse que ele fizesse como a Bancada do PS tinha feito no passado, que tinha tido a coragem, independentemente do Partido Político que estava a governar o país, de assumir a defesa do interesse da região e dos tavirenses que, no caso, era defender mais e melhores cuidados de saúde, o que era um facto indesmentível. -----

--- Considerava que era fácil viver num mundo de fantasia, de ilusionismo, de convencer e de mentir às pessoas, de não cumprir, como era a promessa que também acabava no dia seguinte, de que haveria médicos para todos, o que causava descrédito. -----

--- Terminou dizendo que estava muito atento, gostava muito, e ia registar com entusiasmo o sentido de voto da Bancada do PSD, que desafiava com honestidade para que votassem pela defesa da Saúde no Algarve e não pela defesa de um Partido Político.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** dirigindo-se ao Deputado Municipal David Martins disse que agradecia as referências que tinha feito e gostava que fizesse referências ao passado porque podia ser conveniente tanto ao PS como PSD, sendo que por acaso era interessante porque o Algarve tinha tido uma Secretária de Estado Adjunta e da Saúde que era do PS e nada tinha acontecido. Dentro do mesmo Governo até havia um Secretário de Estado que era de Tavira. -----

X
X
J

--- Era verdadeiro que tinha aparecido a Covid19, mas nada tinha acontecido. A pandemia tinha passado tendo-se iniciado o crescimento económico, e nada tinha acontecido. Seguidamente tinha havido a cedência de um terreno em Loulé para a construção de um Centro Oncológico e a Câmara Municipal de Loulé cujo Executivo Municipal era do PS tinha reprovado unilateralmente e, por isso, tinha sido necessário alterar também todo o concurso do hospital o que também era inconveniente porque o PS tinha sido incompetente na cedência do terreno e não tinha conseguido financiamento. Tinha sido incompetente e nunca tinha lançado concurso para o hospital, contudo presentemente era-lhes conveniente.-----

--- Que lhe permitissem a expressão, mas considerava que era “tolo” porque todos concordavam que tinham que melhorar as infraestruturas de Saúde do Algarve, sendo urgente e tendo que atuar o mais rapidamente possível. -----

--- Na semana anterior tinha falado com os membros do Executivo do Governo exatamente sobre o hospital que estava dois (2) meses atrasado, o que o preocupava, e tentava fazer a sua parte, pois sendo o Governo do PSD tinha acesso a algumas pessoas que podiam ou não influenciar. De facto, tinha feito a sua parte mas não necessitava de dizê-lo ali embora tivesse todo o gosto em o referir, porém reiterava que aquela Moção era efetivamente extemporânea. Se fosse uma moção a dizer que tinham de melhorar as infraestruturas no Algarve, concordava de imediato, porém tratava-se de uma Moção sobre a reorganização que ainda desconheciam como seria, partindo apenas de umas intenções que nem eram do Governo mas constantes de um Relatório Final de uma Comissão Técnica Independente. -----

--- Terminou reiterando que estariam disponíveis para uma moção sobre as infraestruturas de saúde, de acesso a médico de família, mas não contassem com eles para apresentarem moções ou votos sobre nada, sobre intenções que não existiam porque ainda não existia sequer um projeto da Lei Orgânica. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** referiu que não iria prolongar muito aquele debate até porque tinham muitos temas relevantes para discutir naquela Assembleia Municipal, embora aquele também o fosse. -----

--- Considerava que os tavirenses depois de verem e ouvirem a intervenção do Deputado Municipal Artur Gomes, percebiam claramente que se tinha escusado a assumir a sua responsabilidade, ou que o PSD se iria escusar de assumir a sua responsabilidade para defender a Saúde dos algarvios, simplesmente por meras questões partidárias. -----

--- Pensava que lhes ficava melhor que ganhassem coragem e assumissem a defesa da Saúde e dos algarvios em termos de socorro que era o fundamental para as pessoas e que não existia no Algarve. -----



--- Pretendia dizer ao Deputado Municipal Artur Gomes, com toda a honestidade e frontalidade, que lamentava que as questões não estivessem melhor. Antes de ir para aquela Assembleia Municipal tinha estado a assistir às notícias e sete (7) Serviços de Urgência estavam encerrados e era mais um problema de falta de médicos, de falta de assistência, de falta de socorro, o que era gritante todos os dias. Ligava-se o televisor e era mais um parto que ocorria na autoestrada, o que era lamentável. O problema era que existia um plano de sessenta (60) dias, um plano com cem (100) promessas, mas que, não podia deixar de o dizer com frontalidade, tinha sido muita demagogia e muita fantasia, o que ele lamentava.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** afirmou que estavam, de alguma forma, a descentrarem-se do conteúdo da Moção que estava relacionada com a luta pela emergência pré-hospitalar e que o Centro do Algarve não desaparecesse, não encerrasse.-----

--- Se o Deputado Municipal Artur Gomes lhe permitisse, porque os ditados populares tinham um fundamento e substância muito grandes, dizia: *“Depois de burro morto cevada ao rabo”*, o que queria dizer que tinham de se precaver.-----

--- **O Presidente da Assembleia colocou a Moção – sobre a possível reorganização do INEM e a Saúde no Algarve a votação, tendo sido aprovada por maioria com dezoito votos a favor, dos deputados municipais Arménio Manuel Viegas, Carlos Manuel Sousa, David Martins, José Epifânio Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Luís Filipe Machado, Maria Manuela Romão, Nuno Filipe Diogo, Nuno Leonel Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira e Sofia Isabel Gomes, André Oliveira, Emília Justo e Gonçalo Santos e Hélder Conceição, e onze abstenções dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Carlos Alberto Pires, Joana Morcela, João Viegas Mendonça, Linda Ova, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás, Viriato Jesus do PSD e Carlos Baptista, Independente.** -----

--- **O documento original remetido pelo PS encontra-se em anexo à presente ata como documento número cinco (5).**-----

--- **Passou ao Voto de Pesar pelo falecimento de Tela Leão.** -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** desejou boa noite a todos naquela Sessão da Assembleia Municipal.-----

--- Disse que lhe cabia a honra de apresentar e evocar naquela Assembleia Municipal a memória de Tela Leão. Não iria ler o Voto de Pesar que era do conhecimento de todos os membros daquela Assembleia Municipal, mas pretendia evocar a memória e o contributo de Tela Leão para terem uma comunidade mais forte, coesa e solidária em Tavira. -----

--- Tela Leão tinha vindo para Tavira no final do ano 2007 e desenvolvido ao longo daqueles dezoito (18) anos de ligação à cidade, que a tinha recebido de braços abertos, um projeto de

inclusão pela cultura. Era pois, o que podia dizer sobre a forma como a Tela Leão tinha vivido ao longos daqueles anos. -----

--- Tinha tido o gosto de a conhecer pouco depois dela chegar a Tavira, por virtude da ligação de ambos à Casa das Artes mas, sobretudo, pela dinamização do Movimento Tavira Ilimitada. -----

--- Por altura do ano 2010 em que se vivia o *"Ano Europeu do Combate ao Racismo"* e à xenofobia, Tela Leão tinha proposto ao Município, mas também a todo o movimento cultural tavirense, a celebração daquele Ano Europeu, juntando as associações culturais, as escolas, de modo que a mensagem do Ano Europeu que se pretendia transmitir, chegasse a cada um dos tavirenses. Aquele tinha sido o momento de partida do grande *"namoro"* que Tela Leão tinha tido com Tavira ao longo daqueles dezoito (18) anos que já tinha referido. -----

--- Continuou dizendo que depois daquele momento alto no ano 2010, em que se tinham reunido naquela mesma sala personalidades nacionais mas também internacionais, onde tinham tido a oportunidade de refletir sobre o estado da Europa e do Mundo relativamente à questão da integração das minorias e dos povos migrantes, tinham também vivido outra aventura que se tinha traduzido na celebração da festa de anos de Álvaro de Campos, juntando a data de nascimento do poeta criador, Fernando Pessoa, com a data do seu heterónimo Álvaro de Campos, o que tinha proporcionado ao longo dos meses de outubro e novembro um conjunto interessantíssimo de atividades que tinham ultrapassado as fronteiras de Tavira e, inclusivamente, do Algarve e Portugal. A festa tinha decorrido um pouco por todo o mundo onde Álvaro de Campos, Fernando Pessoa, tinha deixado a sua marca, quer através da sua presença física, quer através da sua obra e, de facto, o que a Tela Leão tinha conseguido através da promoção do diálogo intercultural e do envolvimento da comunidade da vida cultural de Tavira, tinha sido um ato relevante. -----

--- Considerava que os serviços públicos da Cultura tinham ganhado um interlocutor forte que tinha ajudado a definir muitas das políticas públicas na área da Cultura que o Algarve tinha presentemente tal como o regime de apoios que tinha tido a tenacidade e o grande envolvimento de Tela Leão. -----

--- Terminou dizendo que pretendia, para além da proposta do Voto de Pesar, deixar aquele testemunho pessoal que considerava relevante em relação a alguém que tinha ajudado a criar laços que constituíam uma comunidade forte, coesa e solidária, através do diálogo intercultural, mas também do diálogo intercomunidades, que tinha escolhido Tavira para residir e, como sabiam, a presença dos povos migrantes era muito importante, tenho Tela Leão tido um papel fundamental para que Tavira fosse o que presentemente conheciam. -----



--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco procedeu à leitura do Voto de Pesar apresentado pelo PSD:-----

--- «Tela Leão, natural de Manaus, Brasil, faleceu no passado dia 8 de novembro, com 74 anos. ---

--- Tela Leão estudou música no Instituto Musical de São Paulo e na Pro Arte, tradução literária na Associação Alumni São Paulo, e Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo.-----

--- Trabalhou como atriz profissional, dramaturga e programadora cultural. Durante mais de duas décadas, ainda no Brasil, foi assistente de direção e produtora de filmes publicitários, e também roteirista de documentários sobre questões ambientais, como o intitulado "Natureza Morta" sobre a zona de Cubatão, em São Paulo, e peças de ficção como A Concubina Japonesa, no Brasil e em Portugal.-----

--- Em Portugal, seu país adotivo desde 1991, Tela Leão foi também Diretora Adjunta de Programação no Departamento de Animação da Expo98 Lisboa, responsável pela coordenação da programação cultural dos países participantes que não de língua portuguesa. Foi Diretora artística e gestora da programação cultural do Pavilhão de Portugal na Expo2000 em Hannover, tarefas que repetiu na exposição internacional Expo Zaragoza 2008. Coordenou a programação do Festival dos Oceanos em Lisboa em 2001, e as duas primeiras edições do "RIR Festival de Humor de Lisboa". Coordenou, para a EGEAC, a programação das Festas de Lisboa 2004, colaborando também na programação de 2005.-----

--- Em 2007, Tela Leão veio viver para Tavira. Foi aqui, enquanto programadora cultural independente, que Tela Leão desenvolveu projetos através da associação Partilha Alternativa fundada em 2015, tendo ainda sido dirigente do movimento cívico e agenda cultural Tavira Ilimitada, contra o racismo e a xenofobia.-----

--- A sua criação maior terá sem dúvida sido a multidisciplinar "Festa dos Anos de Álvaro de Campos", há 11 anos o maior festival cultural pessoano do nosso país, envolvendo artistas locais de Tavira e do Algarve, além de grandes nomes nacionais e internacionais; e todas as forças vivas do concelho, sempre de 15 de outubro a 30 de novembro, em celebração anual do legado vida e obra de Fernando Pessoa.-----

--- Tela Leão foi uma pessoa ímpar, uma perda irreparável para a cultura em Tavira. -----

--- Pela sua dedicação à cultura de Tavira, pelas suas qualidades profissionais, pelas suas qualidades humanas e pelo seu exemplo, endereçamos a toda a família e amigos as nossa condolências e sentido de profundo pesar. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de dezembro de 2025, delibera: --

--- Aprovar publicamente um Voto de Pesar pela morte de Tela Leão; -----

--- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento à sua família enlutada, apresentando-lhes as nossas condolências e sentido de pesar;-----

--- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento à Associação Casa Álvaro de Campos, apresentando-lhes as nossas condolências e sentido de pesar.»-----

--- Acrescentou que pretendia agradecer a colaboração na elaboração daquele Voto de Pesar, de Fernanda Guerra que, além de amiga pessoal de Tela Leão, era a Presidente da Casa Álvaro de Campo.-----

--- O Deputado Municipal José Graça recomendou igualmente que quando fosse elaborada a redação conjunta do Voto de Pesar, também fosse dirigido à associação que Tela Leão dirigia, a Associação Partilha Alternativa.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal dizendo que pensava que as três (3) bancadas entrariam em contato e que o Voto de Pesar seria validado pelas três (3), pelo que colocava a votação a apresentação e redação conjunta das bancadas do PS e PSD, de Voto de Pesar pelo Falecimento de Tela Leão, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Voto de Pesar conjunto encontra-se em anexo à presente ata como documento número seis (6).-----

--- A Deputada Municipal Sofia Gomes cumprimentou todos e disse que tinha algumas questões dirigidas à Presidente da Câmara Municipal dado que, no passado, muitas tinham sido as pessoas que tinham criticado e duvidado da viabilidade do Teatro Municipal.-----

--- Considerava que os números eram esclarecedores, catorze mil (14.000) espetadores em apenas noventa (90) dias de funcionamento com a sala repetidamente esgotada. Perante aquele sucesso inegável, que honrava Tavira e demonstrava a vitalidade cultural do concelho, pretendia formular as seguintes questões:-----

--- Primeiro: O facto de se terem registado vários espetáculos com lotação esgotada demonstrava claramente que os tavirenses estavam carentes de uma casa de cultura com aquelas condições pelo que, gostava de saber se aquele número de adesão correspondia às expectativas do Executivo Municipal contrariando assim, os comentários mais pessimistas que se tinham feito ouvir;-----

--- Segundo: Verificavam que existia público vindo de outros concelhos, ou até mesmo de fora da região, para assistir à programação de Tavira. Assim, gostava de saber se Executivo Municipal considerava que aquele turismo cultural constituía a prova de que o Teatro Municipal era atualmente um ativo estratégico para o concelho e não um mero encargo como alguns tinham sugerido;-----



--- Terceiro: Perante o encerramento do cinema em Tavira, da exclusiva responsabilidade da entidade privada que o explorava, o Teatro Municipal tinha assumido uma resposta imediata garantindo a exibição das novidades cinematográficas, o que acontecia às segundas-feiras. Questionava se não era aquilo um exemplo concreto de como um equipamento público podia suprir falhas do setor privado e assegurar o acesso da população à cultura;-----

--- Quarta: Com uma programação educativa consistente e dirigida às escolas, como perspetivava o Executivo Municipal o papel do Teatro na formação de novos públicos. Se não seria aquela a melhor forma de assegurar que o investimento público realizado teria retorno cultural e social nas próximas gerações. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigiu cumprimentos ao Presidente da Assembleia, Mesa, deputados municipais, presidentes de junta, vereadores, público presente e em casa e todos os serviços de apoio ao funcionamento e transmissão da Assembleia Municipal. -----

--- Disse que não a precisavam de convencer quanto às mais-valias do Teatro Municipal António Pinheiro e da necessidade da sua reabilitação. Obviamente que Tavira, sendo uma cidade que nos últimos anos tinha apostado fortemente no setor cultural, carecia de um espaço que pudesse utilizar, sobretudo na época baixa, essencialmente, no inverno.-----

--- Tinha vindo a ser com enorme orgulho, que tinha tomado conhecimento que os espetáculos estavam constantemente esgotados e que, inclusivamente, a programação seguinte para o ano de 2026 já tinha muitos espetáculos esgotados, ou próximo disso, o que os enchia de orgulho e considerava que permitiam que as pessoas de Tavira pudessem ter acesso à cultura durante todo ano, o que não existia anteriormente.-----

--- Considerava que também tinham demonstrado que o Teatro Municipal recebia uma multiplicidade de espetáculos, com várias disciplinas de arte, dança, que eram espetáculos que não eram vistos em Tavira já há muitos anos. De facto, vinham pessoas de fora para assistirem aos espetáculos, elogiavam o programa cultural que tinham pois não se tratava de abrir o Teatro Municipal porque estavam em eleições, mas porque já tinham uma programação pensada, trabalhada, como atualmente já tinham para o primeiro trimestre de 2026, estando a programação a ser divulgada de três (3) em três (3) meses e estava a corresponder às expectativas que tinham. -----

--- Infelizmente, como todos sabiam, em Portugal a Cultura não se pagava a ela própria e, portanto, havia algum investimento por parte da Câmara Municipal para que fosse possível disponibilizar ao público aqueles espetáculos. Quem tivesse tomado atenção ao Cartaz para o ano seguinte, tinha verificado a existência de vários espetáculos que estavam relacionados com o que estava a ser trabalhado nas disciplinas de português, existindo vários de carácter pedagógico que

também tinham sido devidamente articulados com os agrupamentos de escolas dando a possibilidade de serem vistos espetáculos de obras que estavam a trabalhar na escola. Aquela também era a ideia do Teatro Municipal, que tivesse uma função mais pedagógica, que pudessem também trabalhar e criar públicos para que continuasse a perpetuar interesse pela programação e público que quisesse acompanhar. -----

--- Relativamente ao Cinema e apesar de não terem sido, nem terem de ser, consultados relativamente ao acordo existente entre o Centro Comercial GranPlaza e o Cinema Nós, não tinham sido questionados se podiam fechar ou se a Câmara Municipal podia pagar mais, o que era de todo impossível. Tratava-se de um negócio entre privados, que decidiam entre eles. A conclusão que podiam tirar era que quando um privado falhava, normalmente existia o Estado para resolver, o que tinha sido o caso. O Teatro Municipal tinha estado sempre preparado para ter cinema, mais para o CineClube, um tipo de cinema provavelmente menos comercial, que era quem mais utilizava o espaço antes da reabilitação, mas também tinham percebido rapidamente que era possível terem um cinema mais comercial, para o que tinham tido público. Não estava certa de que alguma vez se tivesse realizado alguma sessão com menos de cem (100) espetadores, mas não se recordava de ter visto no Cinema Nós, uma sessão com cem (100) espetadores, sendo que a última vez que tinha ido aquele Cinema, estavam cerca de cinco (5) pessoas. -----

--- O que pretendia dizer era que, também relativamente ao cinema, tinha superado largamente as expectativas que tinham, tendo tido adesão, sendo que recentemente tinham tido também sessões e espetáculos dirigidos ao público infantil, para as crianças no Natal, e tinham tido uma Matiné de Domingo o que provavelmente era uma boa ideia para tentarem ter algumas sessões para os mais jovens. -----

--- Concluiu dizendo que o Teatro Municipal era mais um equipamento cultural que pensava ir ao encontro das expectativas dos tavirenses, cuja conclusão era possível chegar pela adesão aos espetáculos que vinham a ter, o que os enchia de orgulho porque tinham tido uma visão correta e, pensavam, que aquele equipamento ainda os ajudaria a consolidar a questão pedagógica e a criação de novos públicos. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e estendeu os cumprimentos a todos os presentes e os que estavam a assistir em casa. -----

--- Pretendia colocar uma questão muito diretamente à Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal, sobre o projeto desportivo para Tavira, todavia, antes de mais, gostaria de fazer alguns pequenos apontamentos. -----



--- Naquele mesmo dia tinha sido votado um Voto de Congratulação ao CRD Santaluziense pelo mérito desportivo e, por isso, estava convicto que nas assembleias dos anos seguintes, teriam certamente de aprovar muitos mais votos de congratulação ao CRD Santaluziense e a todos os clubes que conseguissem sobreviver no concelho, pois muitos já tinham ficado para trás. O CRD Santaluziense tinha conseguido sobreviver. -----

--- A principal modalidade de Santa Luzia era o Futebol 11, mas teve de terminar, levando à remodelação do CRD Santaluziense e à sua transição para o Futsal. Tal tinha acontecido porque nunca tinha havido uma resposta para o Futebol 11, quer ao nível da formação, quer ao nível do futebol sénior, quer ao nível do relvado. O projeto surgia, de quatro (4) em quatro (4) anos, nos programas eleitorais, provavelmente porque, nessas alturas, o rio era de água doce e a Ria Formosa não existia, assim que a campanha eleitoral acabava, o rio deixava de ser de água doce, tornando-se salgado, e a Ria Formosa voltava a existir. Tal tinha acontecido durante anos e anos, com a responsabilidade de todos os que tinham passado pelo Município, todavia, felizmente o CRD Santaluziense tinha tido força para sobreviver e, presentemente, tinha o Futsal quer no escalão sénior, quer na formação, que tinha poucos anos de existência, mas já era reconhecido, todavia o pavilhão ainda não existia embora estivesse sinalizado como a Presidente da Câmara Municipal dizia. -----

--- Estava em execução uma pista de atletismo sem as medidas oficiais, impossibilitando a realização de competições oficiais, e que iria ser instalada numa parte do espaço existente em Santa Luzia para o pavilhão. O Polidesportivo de Santa Luzia que era uma infraestrutura necessária para a comunidade santaluziense iria ser destruído para a execução do pavilhão. Assim, quando dissessem que o Polidesportivo de Santa Luzia tinha de ser destruído, tal não era verdadeiro, isto acontecia porque iam construir uma pista de atletismo sem medidas oficiais, o que ocupava o espaço e obrigava à destruição do polidesportivo. Esta era igualmente uma preocupação manifestada pelos columbófilos que ali estavam. -----

--- Considerava que a pista de atletismo projetada não era resposta à modalidade que, não apenas em Santa Luzia, mas também em Tavira, por vários clubes que tinham tido atletismo como o Vela ou o Ginásio, tinham tido que continuar sem uma resposta para a modalidade, sendo que pensava que aquela pista em Santa Luzia, sem medidas oficiais, não iria responder a essas necessidades da modalidade. Na sua opinião, a resposta passava pelo estádio municipal, que apenas estava pensado, ou por encontrarem um terreno, como por exemplo no largo onde se realizava o Mercado e construir ali uma pista de atletismo que tivesse condições para competições oficiais, como acontecia em Vila Real de Santo António que durante o ano atraía vários atletas para treinar. -----

--- Há quatro (4) anos, no primeiro vídeo que tinha aparecido no Facebook, em campanha eleitoral, a Presidente Ana Paula Martins tinha, se não estava equivocado, falado em dois (2) campos de Padel, contudo ainda esperavam que fossem feitos. Aproveitava aquele momento para questionar quanto ao estado daquele processo.-----

--- Acrescentou que o concelho de Tavira tinha condições naturais para a prática náutica, quer canoagem, quer remo, porém não bastava chegar ao rio, colocar um barco e começar a remar, era necessário que existissem infraestruturas que tardavam. Eram modalidades que Tavira podia explorar pois tinha as condições naturais necessárias para tal.-----

--- Relativamente ao Protocolo formalizado com o Ginásio Clube de Tavira que tinham estabelecido não havia muito tempo, os atletas de Futebol 11 tinham tido de ir jogar para Monte Gordo, o que tinha sido uma humilhação para os atletas, dirigentes e pais que tinham tido que pedir ajuda e se deslocar a um concelho vizinho para praticar a modalidade que gostavam. De facto, tinham tido um novo relvado mas para tal tinham tido que passar pela humilhação de verem o relvado interdito e terem que pedir ajuda a um concelho vizinho para lá irem jogar. Tinham uma bancada amovível porque a anterior tinha caído, caso contrário, provavelmente ainda não teriam. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** alertou que o Deputado Municipal Viriato Jesus já tinha ultrapassado os cinco (5) minutos.-----

--- **O Deputado Municipal Viriato Santana** continuou dizendo, para terminar, que antes de ir para aquela Sessão tinha tido a preocupação de telefonar ao Presidente do Ginásio Clube de Tavira para o questionar sobre quantos anos estavam protocolados. Tinha-lhe respondido que era três (3) ou quatro (4), o que, se a Câmara Municipal ou o Ginásio Clube decidissem não renovar o protocolo, não seria de grande resposta.-----

--- Em concreto, a questão que pretendia colocar era qual era o projeto desportivo, qual era a estratégia que tinham para o desporto em Tavira.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que recomendava a leitura do Programa Eleitoral "*Tavira a Crescer*" pois ali encontraria as linhas do programa desportivo que tinham para Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informando que não tinha mais deputados municipais inscritos, disse que iriam passar à intervenção do público. -----

--- Tinha dois (2) pedidos de intervenção, pelo que agradecia que a Munícipe Susana Domingues se dirigisse ao púlpito. -----



--- A **Munícipe Susana Domingues** cumprimentou a Assembleia e a Câmara Municipal e disse que estava ali a falar com a voz de uma mãe que estava a fazer tudo o que podia, mas que não conseguia resolver o problema sozinha. -----

--- Vivia numa casa com cerca de quarenta (40) metros quadrados, com dois (2) filhos de sexos diferentes e com uma diferença de idades de oito (8) anos. Nenhum dos filhos tinha o seu próprio quarto, local para estudar, brincar, crescer com privacidade e dignidade. Partilhavam todos o mesmo espaço, não por opção, mas por falta de alternativa. -----

--- Para além da falta de espaço, a habitação era extremamente húmida com bolor a aparecer constantemente nas paredes, nos móveis e na roupa. Já tinha perdido móveis, estragado roupa, mas o que mais a preocupava era o impacto que aquela situação teria na saúde dos seus filhos. O frio, a humidade e o mofo, faziam parte do seu dia-a-dia, o que considerava não ser normal, não ser aceitável, sobretudo para as crianças. -----

--- Tentava diariamente proteger os seus filhos de uma realidade que não devia de existir, tentando explicar-lhes porque não podiam ter um quarto, porque a roupa cheirava a humidade ou porque as paredes estavam manchadas, sentindo que estava a falhar em algo tão básico como garantir uma casa saudável. Não pedia luxo, não pedia privilégios, pedia apenas condições mínimas de habitabilidade, um espaço onde os seus filhos pudessem crescer com saúde, segurança e alguma privacidade, um lugar que pudessem realmente chamar de casa. -----

--- Sabia que existiam regras, listas e critérios, mas pedia para que por trás de cada processo vissem pessoas, crianças, vidas reais. -----

--- A situação em que viviam era também urgente e não podia continuar a ser ignorada. A habitação era um direito fundamental pelo que, naquele momento, pedia à Câmara Municipal de Tavira que olhasse para a situação que tinha, com humanidade, com sentido de responsabilidade e que os ajudassem a encontrar uma situação digna. -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que, infelizmente, a situação relatada pela Munícipe Susana Domingues não era a única, tinham muitas, sendo a razão por que tinham adquirido quinze (15) fogos e que a Câmara Municipal tinha investido cerca de quatro (€ 4.000.000,00) milhões de euros na sua aquisição. Tinha tido cerca de quatrocentas (400) pessoas a concorrer e daquelas, cerca de noventa (90) cumpriam as regras, os requisitos, e obtido classificação. Obviamente que quinze (15) casas não eram suficientes para noventa (90). -----

--- Desconhecia em que lugar a Munícipe Susana Domingues tinha ficado, mas tinha a ideia de que não tinha ficado mal classificada pelo que se tivessem trinta (30) fogos possivelmente estaria dentro, mas apenas tinham quinze (15). -----

X

--- Desconhecia se tinha reclamado ou não, sendo que estavam a analisar as reclamações após a publicação de uma lista provisória, para publicarem a lista final. -----

X

--- Não obstante, e ainda que a situação da Munícipe não fosse das mais graves e não tivesse acesso aos quinze (15) fogos, estavam a construir mais vinte e quatro (24) e outras vinte e quatro (24), pelo que esperava que no ano seguinte, no limite, no ano de 2027, pudesse ter solução, sendo para o que estavam a trabalhar e investido uma parte da verba que era de todos, do Orçamento do Município, e pretendiam continuar a construir mais habitações. Presentemente tinham aquelas que tinha referido e espera que a construção se iniciasse até ao final do mês de janeiro seguinte.-----

Jx

--- Concluiu dizendo que, infelizmente, tinham muitos casos como o apresentado sendo que a maioria era também de famílias monoparentais. Eram aquelas situações indignas que pretendiam combater porque o direito à habitação era o Primeiro Direito.-----

--- **O Município Michael Hagedorn** cumprimentou todos e disse que pensava não ser necessário apresentar-se.-----

--- Relativamente à última Sessão da Assembleia Municipal, num comentário no Facebook, tinha havido quem lhe tivesse chamado "*Ave Rara*", mas ele era apenas um cidadão empenhado em prol de uma cidade europeia, um cidadão comum, e o seu nome era Michael Hagedorn. -----

--- Primeiramente, pretendia agradecer aos grupos políticos ali presentes pela alteração efetuada no Regimento no sentido de o período de intervenção do público passasse a ter lugar antes da Ordem do Dia e aproveitava para apelar aos cidadãos que aproveitassem aquela oportunidade e participassem de forma ativa e construtiva pois, a partir daquele momento, deixava de fazer sentido a justificação de que os cidadãos apenas podiam intervir no final da Sessão.-----

--- Disse que gostava de deixar outras ideias para facilitarem a participação.-----

--- Em primeiro lugar, o artigo 28.º do Regimento estabelecia que nas sessões da Assembleia Municipal existia um período para a intervenção do público, com a duração de trinta (30) minutos, durante o qual eram prestados os esclarecimentos solicitados. Sendo o limite máximo de trinta (30) minutos, parecia-lhe que havendo apenas um (1) ou dois (2) cidadãos a solicitarem a palavra, ser excessivamente formal e rígida a insistência no limite de três (3) minutos por intervenção.-----

--- Em segundo lugar, o mesmo se aplicava a eventuais períodos de esclarecimento adicionais. Até à presente data, depois de um assunto apresentado por um cidadão, era sempre respondido ou comentado pela Presidente da Câmara Municipal, não sendo permitidas perguntas complementares, pelo que seria desejável que tal fosse pontualmente possível. -----



--- Em terceiro lugar, queria saber por que motivo as intervenções dos cidadãos não podiam incidir sobre os pontos da Ordem do Dia. No artigo 28.º do Regimento não encontrava aquela limitação expressa. -----

--- Em quarto lugar, os cidadãos não tinham acesso aos documentos que serviam de base às deliberações da Assembleia Municipal com a justificação de que se tratava de decisões não aprovadas. Era óbvio que se tornava muito difícil seguir o debate sem conhecer o que estava a ser debatido. Todavia se antecipadamente era impossível, questionava de que forma podiam ter acesso aos documentos depois da aprovação das deliberações. -----

--- Em quinto lugar, pretendia saber por que razão as intervenções dos cidadãos não constavam em ata da Assembleia Municipal se o artigo 49.º do Regimento referia expressamente que de cada sessão ou reunião era elaborada ata, a qual devia conter, tendo havido intervenções do público, a referência às mesmas bem como as respostas dadas. Não encontrava as intervenções dos cidadãos nas atas e considerava que para uma participação efetiva dos cidadãos deveria de existir um maior grau de transparência. -----

--- Terminou dizendo que desejava a todas e todos um bom início de Ano Novo e muito sucesso na superação dos desafios que se colocavam a Tavira enquanto cidade viva e com qualidade de vida, no interesse dos cidadãos que nela viviam e a visitavam. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que as questões estavam relacionadas com o Regimento da Assembleia Municipal e não com a Câmara Municipal. -----

--- De qualquer modo, porque tinha uma ideia do que constava na legislação, inclusivamente a questão de não poderem ser abordados os assuntos a debate tanto nas reuniões de Câmara Municipal como nas sessões de Assembleia Municipal, aquela limitação constava mesmo na Legislação Habilitante não sendo algo que estivesse nos regimentos da Assembleia e Câmara Municipal. -----

--- Relembra que sempre que não houvesse tempo, os cidadãos podiam colocar as perguntas por escrito que seriam respondidas do mesmo modo, quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** explicou que relativamente à intervenção do público ou dos deputados municipais no Período Antes da Ordem do Dia, não podiam intervir sobre os pontos da Ordem do Dia, tanto mais que as propostas que integravam a Ordem do Dia não podiam ser alteradas, portanto qualquer discussão poderia levar a que alguma das propostas fossem, ou não, retiradas. As propostas eram votadas por maioria e aceites ou rejeitadas, nos termos da Lei Habilitante. -----

--- Qualquer cidadão podia solicitar os documentos por escrito tanto à Câmara como Assembleia Municipal que seriam fornecidos. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a questão do Múncipe era a de ter acesso à documentação antes da Assembleia Municipal, o que não lhe parecia ser possível. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que as intervenções do público constavam em ata pois tudo o que era falado era transcrito. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que no final de cada reunião, sessão, era elaborada a Ata em Minuta que apenas continha as deliberações tomadas. Não se tratava da Ata toda que continha a transcrição de todas as intervenções incluindo as do público. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia com a Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que desde a última Assembleia Municipal tinham-se realizado várias exposições, mas chamava à atenção para nova exposição que estava patente no Palácio da Galeria "*O Azulejo em Portugal*" que estava muito bonita e considerava que valia a pena a visitar, pelo que convidava todos. Tratava-se de uma parceria com o Museu do Azulejo. ---

--- Como sempre, tinham muita programação cultural, desde a Música nas Igrejas aos "*Diálogos da Liberdade*" que tinham acontecido na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos. Como habitualmente também se tinham realizado os "*Encontros com autores*". -----

--- Apesar do que tinha acontecido, do falecimento de Tela Leão, a Casa Álvaro de Campos tinha tentado fazer de tudo para manter a "*Festa de Anos de Álvaro de Campos*". -----

--- Tinha realizado o Programa "*Equinócios*" com vários eventos e uma programação variada naquele Equinócio de outono. -----

--- Tinha-se efetuado as visitas guiadas como a "*Visita orientada à exposição "Chuva de Verão – Obras de Coleção de Arte Contemporânea do Estado"*". -----

--- O "*19.º Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios*" também decorria sempre no mês de novembro. -----

--- Como regularmente faziam, também tinham tido as oficinas de artesanato. -----

--- Pretendia chamar à atenção para o "*Festival de Órgão do Algarve*" que se tinha realizado no âmbito da programação cultural. Tratava-se de um festival em que era possível escutarem instrumentos muito característicos como eram os órgãos de tubos. No corrente ano tinham recebido três (3) concertos. -----

--- Tinha-se realizado vários eventos produzidos pelas associações culturais do Concelho. -----

--- Relativamente ao desporto, também tinham tido vários eventos como o regresso do "*Festival de Pista*", o "*Rally Tavira*", passeios de cicloturismo, o programa de promoção da atividade física,



o “Festival de Natal Patinagem”, o “Sarau de Natal” da Gimnochamps, a corrida “XVII São Silvestre Vila de Santa Luzia”, e também tinham tido os jogos de treino, da equipa de futsal de Portugal que tinha jogado com a Ucrânia, bem como a disputa do Campeão de Inverno que o CRD Santaluziense tinha conquistado.-----

--- Tinha-se realizado a Feira de São Francisco em outubro, que tinha tido alguma animação e sempre muito divertimento. -----

--- O Mês Sénior decorria em outubro sendo o mês mais preparado com atividades para os seniores do concelho. No presente ano tinham tido o teatro “Insónia” com Fernando Mendes, passeios de barco pela Ria Formosa, atividade física, rastreios, debates, conversas, seminários e caminhadas, sendo, por isso, um mês muito intenso e dedicado aos mais experientes. -----

--- O Mês tinha terminado, como sempre, com a Gala e almoço convívio entre todos.-----

--- Tinha-se realizado as comemorações do décimo segundo (12.º) aniversário da inscrição portuguesa da Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade que tinha terminado com o concerto dos “Marenostrum” no Teatro Municipal e uma exposição muito interessante produzida pelos alunos da Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia sobre a Dieta Mediterrânica. Para a realização daqueles trabalhos os alunos tinham efetuado visitas às hortas de Tavira. Convidava todos a visitar. -----

--- Quanto à Programação de Natal, tinham tido as Mostras de Artesanato, o Presépio dos Bombeiros, animação de Rua, animação no Mercado da Ribeira e ainda as demonstrações gastronómicas de Natal no Mercado Municipal.-----

--- Tinha-se realizado a Vila Natal em Santa Luzia. -----

--- Referiu ainda que tinham acontecido outras iniciativas e, como costumava dizer, em Tavira havia sempre algo a acontecer e portanto, era apenas preciso estarem atentos. -----

--- Passando ao tema de Obras e Urbanismo, informou que tinham tido a consignação da “Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da Unidade de Saúde de Cabanas – Conceição de Tavira” e também da “Construção de 24 fogos de habitação social em Cabanas de Tavira. -----

--- A “Empreitada de conceção-construção de 24 fogos de habitação social, no sítio da Boavista” estava para contrato. -----

--- Encontravam-se a decorrer as pavimentações dos caminhos de acesso aos montes da freguesia da Conceição. -----

--- Estava elaborado o Relatório Preliminar de uma intervenção na “Rua de Santa Margarida e Beco Ruy Maria Palermo Ferreira – Santa Margarida” que tinham tido de realizar devido a uma questão relacionada com pluviais.-----

--- Estava a decorrer uma intervenção no relvado e no polidesportivo da Bela Fria.-----

--- A “*Estabilização de taludes e reforço estrutural de túnel*” era uma intervenção em vários lotes e diferentes pontos do concelho onde estavam a ter alguns problemas no que se referia a taludes e estradas. -----

--- Estava adjudicada a “*Execução para a instalação simplificada de atletismo de Santa Luzia*” que não se referia a pistas, nem tinha que ter medidas oficiais. Tal nunca tinha sido dito, tendo sido aprovado o Relatório Final, Adjudicação e Minuta de Contrato naquele mesmo dia em Reunião de Câmara. -----

--- O procedimento para a “*Intervenção no passadiço de Cabanas*” não iria concretizar-se porque apesar de ter sido adjudicada e a empresa ter entregue toda a documentação, ter sido formalizado contrato, antes de ser remetido a Visto do Tribunal de Contas a empresa não tinha conseguido prestar a caução bancária para a execução da obra, pelo que o procedimento iria ficar sem efeito. Iriam ter de abrir novo procedimento que já era o terceiro ou quarto. -----

--- Iriam iniciar-se as obras de conservação e beneficiação da rede viária do Concelho – Caminhos Municipais na Freguesia da Conceição – Lote 1 e 2. -----

--- A “*Empreitada de reparação da parede do cineteatro António Pinheiro*” já estava adjudicada. Se se recordavam tratava-se da parede em que o edifício da frente tinha caído, o que tinha acontecido ainda antes deste inaugurado. -----

--- Tinham a decorrer a obra de “*Aproveitamento de Águas das Piscinas para Fins não Potáveis*”, as “*Obras de Conservação no Centro Paroquial de Cabanas*”, portanto, Igreja de Cabanas, a “*Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente*”, as “*Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo*” e as empreitadas de pavimentação na Luz de Tavira e Santo Estevão. -----

--- Disse que a intervenção da Unidade de Consultas Externas estava a decorrer a bom ritmo, os espaços exteriores de Santa Luzia e os logradouros de Santa Luzia já se encontravam terminados.-

--- Concluiu convidando todos para no dia seguinte se juntarem a eles na Praça da República, a partir das 22 horas e 30 minutos, com “*Tributo a Queen*” seguido da Banda IRIS e, posteriormente, DJ Fábio Palma. -----

--- O Deputado Municipal Viriato Jesus pediu esclarecimento quanto ao que se pretendia dizer com instalação simplificada de atletismo. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal recomendou a leitura da documentação remetida aos deputados municipais que esclarecia aquela questão. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois, referente à Proposta n.º 336/2025/CM – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que a proposta para o IMI era a de estipular como valor máximo para os prédios rústicos, zero vírgula oito por cento (0,8 %), como já vinham a praticar há vários anos.-----

--- No que se referia aos prédios urbanos, pretendiam manter o valor na taxa mínima que era de zero vírgula três por cento (0,3 %) e, para além disso ainda permitir alguns benefícios. Assim, propunham determinar uma redução da taxa do IMI de acordo com o agregado familiar, de trinta euros (€ 30,00) para um (1) dependente, setenta euros (€ 70,00) para dois (2) dependentes e, cento e quarenta euros (€ 140,00) para três (3) ou mais dependentes. -----

--- Propunham também majorar em trinta por cento (30 %) a taxa mínima aplicada aos prédios urbanos que se localizavam no Centro Histórico de Tavira e dentro da Área de Reabilitação Urbana. -----

--- Pretendiam reduzir a taxa a aplicar aos prédios que estavam arrendados para fins habitacionais. -----

--- Por outro lado, também propunham aumentar o período de isenção para a aquisição de imóvel para habitação própria permanente para agregados que cumprissem o que estava previsto no número cinco (5) do 46.º artigo dos Benefícios Fiscais que pensava se tratar de imóveis de valor inferior a cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00) e rendimentos inferiores a cento e vinte mil euros (€ 120.000,00). Naquele caso tratava-se de possibilitar, alargar o período de isenção para além do estipulado pela Autoridade Tributária, por mais dois (2) anos. -----

--- Concluiu dizendo que aquelas eram as propostas que apresentavam. Nos últimos anos o Município tinha vindo a ter uma descida contínua da taxa de IMI, tendo, no ano anterior aplicado a taxa mínima, o que pretendiam continuar a fazer.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que apenas pretendia reforçar alguns pontos que consideravam importantes. -----

--- Primeiramente era que a Autarquia de Tavira aplicava a taxa mínima de IMI o que revelava políticas de apoio às famílias porque, de alguma forma, permitiria que no final do ano as famílias tivessem mais rendimento disponível. -----

--- Pretendia destacar também que fazia todo o sentido manter a majoração para os prédios degradados no Centro Histórico como forma de recuperar os imóveis, o que era extremamente importante.-----

--- A redução da taxa de IMI para os imóveis em que o proprietário tivesse descendentes era mais uma demonstração de que as famílias estavam em primeiro lugar nas políticas definidas no concelho de Tavira.-----

--- Pensava que a redução da taxa de vinte por cento (20 %) a aplicar aos imóveis arrendados era mais um vetor decisivo, importante, e que se enquadrava no que o Município podia fazer para fomentar o arrendamento.-----

--- Todos sabiam que o custo dos imóveis era altíssimo pelo que aumentar o prazo do período de isenção para os imóveis destinados a habitação própria permanente também era uma medida importante.-----

--- Terminou dizendo que aquelas eram questões que deviam de sublinhar, de destacar, pois, fazendo uma consulta às taxas aplicadas nos municípios vizinhos, pensava que a opção não tinha sido a de aplicarem a taxa mínima como estava a ser proposto para o concelho de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 336/2025/CM – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Arménio Viegas, Artur Gomes, Carlos Pires, Carlos Baptista, Carlos Sousa, David Martins, Hélder Conceição, Joana Morcela, João Mendonça, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Linda Ova, Luís Filipe Machado, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Rafael Dias, Rui Horta, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Sónia Tomás e Viriato Jesus e três abstenções dos deputados municipais André Oliveira, Emília Justo e Gonçalo Santos.** -----

--- **Passou ao ponto número três, Proposta n.º 337/2025/CM – Participação variável no IRS.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal explicou que todos eram contribuintes do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e que existia uma faculdade na legislação de existir uma participação variável até cinco por cento (5 %) para os municípios, uma vez que todos os que descontavam tinham aquele adicional para posteriormente ser entregue aos municípios.**-----

--- O que propunham, como a legislação lhes possibilitava, era diminuir aquele valor para metade, dois e meio por cento (2,5 %). -----

--- O Município de Tavira tinha aplicado durante muitos anos, cinco por cento (5 %) da participação variável, sendo que no ano de 2020 ou 2021 tinham descido para três vírgula cinco por cento (3,5 %) e, há cerca de dois (2) anos, em 2023, pela primeira vez tinham descido para metade do que era possível, dois vírgula cinco por cento (2,5 %). -----

--- Aquela era, pois, uma medida que contribuía para deixar o dinheiro para as famílias, sendo verbas que não descontavam a juntar à redução da taxa de IMI. -----

--- Concluiu dizendo que, o que o Município tinha vindo a fazer era permitir que as famílias ficassem com mais algum dinheiro, sendo que tal constituía uma forma indireta de apoio às famílias.-----

--- O **Deputado Municipal José Graça** disse que apenas pretendia colocar uma questão metodológica. Solicitava que quando fossem anunciados os resultados das votações, fosse indicado quem eram os deputados municipais, ou bancadas, que se abstinham ou votavam contra. -----

--- A **Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que apenas pretendia sublinhar e destacar a preocupação que aquele Executivo Municipal tinha no sentido de, mais uma vez, de forma gradual, mas consistente, descer a participação variável no IRS, o que, naturalmente, permitia que cada família tivesse no final de cada ano, mais alguns euros na carteira. -----

--- Tratava-se de políticas de apoio às famílias que pretendia destacar porque tal não era pratica no Município de Tavira tendo sido com o Executivo Municipal do PS que, lentamente, mas consistentemente, tinha vindo a possibilitar. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a **Proposta n.º 337/2025/CM – Participação variável no IRS a votação**, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Baptista, Carlos Sousa, David Martins, Hélder Conceição, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Luís Filipe Machado, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira e Sofia Gomes, e treze abstenções dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, André Oliveira, Artur Gomes, Carlos Pires, Emília Justo, Gonçalo Santos, Joana Morcela, João Mendonça, Linda Ova, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás e Viriato Jesus. -----

--- Passou ao ponto número quatro, **Proposta n.º 338/2025/CM – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2026**. -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a proposta era a de aprovar a taxa de zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25 %), como já era habitual, para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

--- Aquela era uma taxa que supostamente deveria de ser liquidada pelos operadores de comunicações e que acabava por ser paga por todos porque era feita repercutir nas faturas. -----

--- Já tinha havido várias tentativas para alterar a legislação, mas, em bom rigor, tudo continuava do mesmo modo. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a **Proposta n.º 338/2025/CM – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a votação**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número cinco, **Proposta n.º 346/2025/CM – Derrama a incidir sobre o Lucro Tributável de 2025**. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o que tinham para propor à Assembleia Municipal era a fixação da Taxa da Derrama sobre o lucro tributável das empresas no ano de 2025, em zero vírgula cinco por cento (0,5 %) e fixar uma taxa reduzida para todos os que tinham um volume de negócio inferior a cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00), sendo a proposta igual à apresentada no ano transato.-----

--- O Município aplicava a Derrama, tendo estado depois muitos anos sem aplicar porque, como era do conhecimento de todos, tinham entrado num período de crise nos anos 2010 e 2011, pelo que tinham entendido não aplicar a Derrama.-----

--- Pensava que tinha sido no ano 2024 que tinham voltado a aplicar a Derrama até por algumas discussões que tinham surgido em Reunião de Câmara sendo os vereadores da oposição favoráveis à sua aplicação, tendo sido aplicados zero vírgula um por cento (0,1 %).-----

--- No ano transato tinham resolvido aplicar zero vírgula cinco por cento (0,5 %) cujo valor pretendiam manter para o corrente ano.-----

--- Do seu ponto de vista, a questão era que, se todos os que contribuíam para IRS também contribuíam para os impostos municipais, então entendia que as empresas também deviam contribuir porque caso contrário não seria justo.-----

--- Era verdade que podiam sempre alegar que a não cobrança da Derrama atraía investimento mas, em bom rigor, as empresas que laboravam no concelho eram, sobretudo, da área da hotelaria, turismo e restauração sendo que por isso todos pretendiam que a Câmara Municipal melhorasse o seu território, promovesse eventos culturais e um conjunto de beneficiações que atraíssem mais pessoas, pelo que, entendia que também as pessoas coletivas, naquele caso as empresas, devessem contribuir para os impostos municipais.-----

--- Estavam a falar de um valor que representava zero vírgula zero, zero, cinco (0,005) sobre o lucro tributável e que, no ano transato apenas tinham contribuído quinhentas (500) empresas para aquele imposto com uma receita a rondar os duzentos mil euros (€ 200.000,00). Pensava que, infelizmente, os que mais poderiam contribuir não tinham sede no concelho de Tavira, tinham sede em Lisboa ou outros concelhos, ou até mesmo fora do país, como era o caso do setor da distribuição e do retalho que tinham sedes noutros países.-----

--- Terminou dizendo que consideravam ser uma proposta justa, que ia ao encontro das empresas existentes e estava de acordo com o tecido empresarial do concelho.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que, pegando nas palavras da Presidente da Câmara Municipal, grande parte das empresas que tinham grandes lucros não tinham sede no concelho.-----

--- Que ficasse claro que não eram contra a aplicação da Derrama, que sempre tinham sido a favor da sua aplicação, mas não no valor que estava a ser aplicado. O que sempre tinham defendido era a aplicação de uma taxa muito reduzida.-----

--- No seguimento do que a Presidente da Câmara Municipal tinha referido, deixava ali o mesmo desafio que já tinha feito no ano anterior que era a elaboração de um regulamento que fizesse com que as pessoas investissem mais, criassem sedes de empresas no concelho e que as empresas no concelho com um lucro tributável acima dos cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00) tivessem uma redução no caso de criarem postos de trabalho, e caso se tratasse de empresas com sede no concelho. Acreditava que seria uma forma de atraírem mais empresas, tendo uma política fiscal muito mais atrativa.-----

--- Considerava que o aumento do turismo não era um fator motivador para manterem a Derrama conforme estava explicado na página quatro (4) do Orçamento. Pensavam que aquela não era justificação, bem como estando a cobrar uma taxa de zero vírgula cinco por cento (0,5 %) a taxa da participação variável de IRS podia ter sido inferior. -----

--- Terminou dizendo que concordavam com a aplicação da Derrama mas numa taxa inferior e com a criação de um regulamento que fomentasse uma maior dinâmica empresarial, atraísse empresas que tivessem sede no concelho, criasse postos de trabalho e os mantivesse no concelho.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que apenas pretendia colocar uma questão. Hipoteticamente, ela tinha uma empresa que tinha um lucro de cem mil euros (€ 100.000,00), com a taxa proposta aquela empresa pagava à Câmara Municipal quinhentos euros (€ 500,00) enquanto ao Estado português por via do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), passava a vinte e um por cento (21 %). Assim, a questão que colocava era se seria pela aplicação da Derrama, pelos quinhentos euros (€ 500,00) que uma empresa decidia não se fixar em Tavira.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que após todos os argumentos que tinham sido apresentados, considerava que era uma proposta muito equilibrada.-----

--- Pensava que qualquer pessoa de bom senso e com noção da realidade percebia que era uma proposta com sensibilidade para criar o equilíbrio necessário, que não podiam ser apenas os contribuintes, os trabalhadores a pagar, que as empresas também tinham de contribuir, tendo disso uma noção clara. Se tivessem em conta que a aplicação daquela taxa era sobre o lucro tributável acima dos cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00), as PME e StarUps ficavam isentas pelo quase não havia empresas a contribuir, o que refletia uma política promotora da criação de emprego e da dinamização económica do concelho, portanto, sem dúvida, que o

Executivo Municipal tinha vindo a realizar constituía um trabalho excelente, sendo que aquela era uma proposta responsável e sustentável. -----

--- Terminou dizendo que não era por acaso que o Município de Tavira era sempre destacado no Anuário Financeiro onde aparecida como um dos destinos mais responsáveis e mais bem geridos. Não necessitava de recorrer ao ChatGPT daquela vez porque a Presidente da Câmara Municipal governava bem o Município, mas independentemente do que tinha sido dito, tinham a aprovação da Bancada do PS com o reconhecimento que estavam a adotar a medida certa. Tratava-se de justiça, e a Presidente da Câmara Municipal era uma pessoa justa, pelo que a parabenizava. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que tal como o Deputado Municipal David Martins tinha acabado de mencionar, tratava-se de uma proposta responsável e sustentável. -----

--- Realmente a Derrama era uma forma de financiamento dos municípios, o que era definido pela Lei das Finanças Locais, sendo que o valor que a Câmara Municipal iria arrecadar era um valor importante para a requalificação das infraestruturas, dos espaços verdes, de modo a tornar o concelho de Tavira ainda com mais qualidade. -----

--- No seguimento do que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha dito, e apenas pretendia recordar porque o PSD parecia ter mudado de posição ao referir que a Derrama proposta pela Câmara Municipal era muito alta, tendo votado contra, que quando o Executivo Municipal era do PSD, por exemplo, no ano de 2004, a Derrama não era de zero vírgula cinco por cento (0,5 %) mas de dois e meio por cento (2,5 %) e no ano de 2006, de cinco por cento (5%). Recordava aqueles valores para que comparassem e tivessem um pouco de sensatez nas posições que tomavam. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 346/2025/CM – Derrama a incidir sobre o Lucro Tributável de 2025, a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, Hélder Conceição, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Luís Filipe Machado, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira e Sofia Gomes, treze votos contra dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, André Oliveira, Artur Gomes, Carlos Pires, Emília Justo, Gonçalo Santos, Joana Morcela, João Mendonça, Linda Ova, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás e Viriato Jesus e uma abstenção do Deputado Municipal Carlos Baptista.** -----

--- **Passou ao ponto número cinco, Proposta n.º 351/2025/CM – Descentralização Administrativa – Acordos e Autos de Transferência de Recursos para as Freguesias - 2025.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que no ano de 2021 tinham revisto os Acordos de Delegação de Competências que tinham estabelecido com as juntas de freguesia na sequência do Decreto-Lei N.º 57/2019 que elencava as competências que podiam ser delegadas nas freguesias

e, portanto, tinham sido estabelecidos novos acordos e atualizados os valores que eram os mesmos desde o ano de 2014 e que tinha ficado acordado que vigorariam para todo o mandato.--

--- Iniciado um novo mandato e havendo lugar a uma desagregação das freguesias, tinham sentido a necessidade de atualizar aqueles acordos, nomeadamente no que se referia aos valores que a Câmara Municipal pagava para delegar competências nas juntas de freguesia.-----

--- Nos novos acordos a proposta de delegação de competências era para a limpeza e manutenção dos espaços verdes, limpeza de vias e espaço público, mobiliário urbano e escolas do primeiro ciclo.-----

--- Aquelas eram as competências que estavam a delegar nas juntas de freguesia, tendo reunido com todas e apresentado aquela que era a proposta que tinham para a limpeza e manutenção dos espaços verdes que, obviamente não estavam a ser tratados pela Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. por um conjunto de questões ou porque não estavam incluídos no contrato uma vez que consideravam que fazia mais sentido que fossem as juntas de freguesia a tratá-los. Quanto às vias, estavam a referir-se a estradas e caminhos municipais relativamente aos quais delegavam a sua limpeza e manutenção, alguns sumidouros e algum espaço público. No que se referia ao mobiliário urbano tratava-se de pequenas manutenções, e nas escolas e pequenas pinturas e reparações.-----

--- Em anexo à documentação remetida estava descrito tudo o que estava incluído naquela nova negociação.-----

--- No âmbito daqueles contratos, no ano de 2021, o Município transferia para as juntas de freguesia cerca de um milhão e cento e oitenta mil euros (€ 1.180.000,00) sendo que passaria a transferir cerca de um milhão e setecentos e quarenta mil euros (€ 1.740.000,00). Estavam a falar de um aumento de cerca de seiscentos mil euros (€ 600.000,00) no que eram as transferências para as freguesias.-----

--- Continuou dizendo que para além daqueles valores, em alguns casos, também estavam contempladas máquinas ou valores para a contratação de recursos humanos.-----

--- A questão dos recursos humanos tinha sido abordada nas reuniões com as juntas de freguesia, mas tinha acabado por não estar contemplada na versão final. Existiam acordos em que a Câmara Municipal tinha alguns funcionários destacados nas juntas de freguesia e, outros, que transferia verba, apoio financeiro, para que as juntas de freguesia pudessem contratar recursos humanos. Naqueles casos tinham concordado que o valor seria atualizado de acordo com o salário mínimo nacional. Como, por altura das negociações com as juntas de freguesia, o Orçamento de Estado para o ano 2026 ainda não estava aprovado, os cálculos tinham tido como base os valores do ano 2025, pelo que iriam elaborar uma adenda àqueles acordos.-----

--- Outra questão estava relacionada com a Junta de Freguesia de Cabanas que tinha manifestado a vontade de poder gerir a ocupação do espaço público que era também uma faculdade permitida na legislação. Não estava ainda contemplado no Acordo de Transferência de Competências (Acordo) com a Freguesia de Cabanas até porque ainda não podiam proceder àquela cobrança uma vez que tinham de criar uma taxa e os necessários mecanismos de controlo da ocupação do espaço público. No entanto, estavam disponíveis para ajudar e para elaborar uma Adenda ao Acordo. -----

--- A Câmara Municipal tinha delegado nas juntas de freguesia algumas das suas competências próprias que não eram os espaços verdes, as limpezas de caminhos, mobiliário urbano ou escolas, mas, por exemplo, a rampa para os pescadores, habitação social que existia nas freguesias ou polidesportivos. Aquelas questões eram contempladas nos contratos interadministrativos que estavam a ser revistos, reavaliados, e eram liquidados diretamente pela Câmara Municipal às juntas de freguesia pelo que importava tratar primeiramente dos acordos de Transferência de Competências porque ao abrigo do Decreto-Lei N.º 57/2019 eram liquidados pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) cuja verba era retirada do que era o pagamento mensal que faziam aos municípios. Aquela era a razão por que existia a necessidade de estabelecerem aqueles acordos o quanto antes de modo a serem atualizados os valores em benefício das freguesias. -----

--- Tratava-se de oito (8) freguesias e estavam a falar de um aumento de cerca de seiscentos mil euros (€ 600.000,00) relativamente aos acordos estabelecidos no ano 2021, resultantes de um processo negocial que apenas entrava em vigor após a aprovação em Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia. -----

--- Não existia uma obrigatoriedade na assinatura dos acordos, sendo que quem pretendesse não aceitar, não aceitava, e a Câmara Municipal teria de arranjar outros mecanismos para poder tratar das competências que estavam a delegar. Insistiu que não havia uma exigência, mas uma vontade de colaborar, de ajudar, mas tal dependia da aceitação por parte de cada uma das freguesias. -----

--- Os valores que os acordos tinham, tinham sido calculados com base nos valores anteriores, atualizados à taxa de inflação, revistos e adequados à realidade atual, pelo que os consideravam justos, adequados, e que beneficiavam as freguesias. Tinham implicado muitas horas de trabalho, conversas com as freguesias e também no Município, sendo a proposta que tinham para apresentar. -----

--- Terminou dizendo que já tinha recebido a concordância da Freguesia de Tavira com as respetivas deliberações da Assembleia de Freguesia a manifestar a aceitação do Acordo. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que pretendia sublinhar o princípio da descentralização. -----



--- Era naquele ponto da Ordem do Dia daquela Assembleia Municipal que vincavam a base do princípio da descentralização. A descentralização não podia ser apenas do Estado para os municípios tendo de ser também dos municípios para as freguesias que eram as autarquias que mais próximo das pessoas estavam. Efetivamente, dando-lhes meios e recursos intervinham em regime de proximidade com maior conhecimento da sua missão e suprimindo as necessidades das populações. Era o princípio de uma boa prática que tinham vindo a reforçar nos últimos anos e aquele reforço de cinquenta por cento (50 %) no valor do montante que iria ser disponibilizado pela Câmara Municipal para além do que ainda seria negociado com base no Orçamento de Estado, que tinha sido publicado naquele mesmo dia, com as atualizações devidas pela atualização da retribuição mínima, era um bom princípio.-----

--- Outro princípio fundamental era também a transferência de competências do Município para a Comunidade Intermunicipal, uma vez que existiam competências e atribuições que se desenvolviam melhor no âmbito intermunicipal. Recordava que tinham aprovado em Assembleia Municipal a transferência de competências na área dos transportes transformando a Comunidade Intermunicipal em Autoridade Regional de Transportes, o que era um bom princípio, conseguirem que a descentralização funcionasse nos diversos níveis, quer Comunidade Intermunicipal, quer freguesias, de modo que o imperativo básico do poder local pudesse ser cumprido. Servir bem e cada vez melhor as populações que residiam nos respetivos territórios.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, cumprimentou todos e disse que após verificar a grelha de distribuição de verbas associadas à transferência de competências, tinham ficados indignados, sendo que a sua intervenção era precisamente para manifestar o descontentamento e indignação. -----

--- O somatório das competências transferidas para Cabanas era de cerca de cinquenta e cinco mil euros (€ 55.000,00), sendo a freguesia que recebia um montante mais reduzido, recebendo a freguesia a seguir, um valor superior a cem mil euros (€ 100.000,00). Tratava-se de uma diferença abismal que não podiam, de forma alguma, aceitar. -----

--- Considerava evidente que uma diferença de tal ordem carecia de uma explicação e, como deviam de compreender, não ficariam calados, porque era uma situação sufocante e, esperava que existisse uma solução para superar a questão porque se tratava de uma diferença muito grande.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que para ficarem todos com a mesma informação, ia detalhar.-----

--- Era verdadeiro que a Freguesia de Cabanas, que era a Freguesia mais pequena do concelho, recebia menos, recebia cerca de cinquenta e cinco mil euros (€ 55.000,00). Recebia menos de cem

mil euros (€ 100.000,00) porque não recebia qualquer valor para recursos humanos uma vez que a Câmara Municipal tinha um funcionário destacado na Junta de Freguesia, Fernando Baltazar, cujo salário era pago pela Câmara Municipal. -----

--- A Freguesia de Cachopo recebia cerca de cento e setenta e nove mil euros (€ 179.000,00) ao qual acrescia ainda o valor para a contratação de dois (2) funcionários. -----

--- A Freguesia da Conceição recebia perto de cento e quarenta e cinco mil euros (€ 145.000,00) e o montante para a contratação de um (1) funcionário pois não tinha nenhum.-----

--- A Freguesia da Luz de Tavira recebia cento e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e um euros (€ 133.441,00) acrescido do valor para contratar dois (2) funcionários.-----

--- A Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo recebia cento e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete euros (€ 188.877,00) aos quais se somava a verba para a contratação de mais um (1) funcionário. -----

--- A Freguesia de Santa Luzia recebia cerca de oitenta e seis mil euros (€ 86.000,00) dos quais cerca de dezasseis mil euros (€ 16.000,00) eram para um (1) funcionário. -----

--- A Freguesia de Santo Estevão recebia cerca de noventa e cinco mil euros (€ 95.000,00) e verba para contratar dois (2) funcionários.-----

--- A Freguesia de Tavira recebia cerca de seiscentos e cinquenta e cinco mil euros (€ 655.000,00) ao que acrescia o montante para contratar ou pagar três (3) funcionários, pois já os podia ter contratado. -----

--- Cada junta de freguesia contratava ou utilizava as verbas para pagar aos funcionários que já possuía se considerasse que tinha o número adequado. -----

--- Se verificassem em termos de quilómetros quadrados, a Freguesia de Cabanas tinha seis (6) quilómetros quadrados sendo que se achassem a proporção com os cerca de cinquenta e cinco mil euros (€ 55.000,00) que recebia, a Luz de Tavira tinha trinta e um (31) quilómetros quadrados e recebia cerca de cento e trinta e três mil euros (€ 133.000,00), não recebendo cinco (5) vezes mais que a Freguesia de Cabanas e, era o que tinham de perceber.-----

--- Considerava que era triste para o poder local, sobretudo para as freguesias, que era quem mais próximo estavam das pessoas pois a Câmara Municipal pagava para assumirem aquelas quatro (4) competências. -----

--- No mapa treze (13) do Orçamento de Estado para o ano de 2026, constava que o Governo transferia para as freguesias o valor de um milhão, cento e dezassete mil, duzentos e oitenta e sete euros (€ 1.117.287,00) e, lembrava, que a Câmara Municipal de Tavira ia transferir para as freguesias cerca de um milhão e setecentos e quarenta mil euros (€ 1.740.000,00), ou seja, mais

cerca de seiscentos mil euros (€ 600.000,00) do que o Governo, para apenas quatro (4) competências, espaços verdes, limpeza de vias, mobiliário urbano e escolas.-----

--- Na Lei 75/2013, de 12 de setembro, no artigo *"Atribuições da freguesia"* podia ler-se: *"1 – Constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município. 2 – As freguesias dispõem de atribuições designadamente nos seguintes domínios: a) Equipamento rural e urbano; b) Abastecimento público; c) Educação; d) Cultura, tempos livres e desporto; e) Cuidados primários de saúde; f) Ação social; g) Proteção civil; h) Ambiente e salubridade; i) Desenvolvimento; j) Ordenamento urbano e rural; k) Proteção da comunidade..."*. Assim, considerava lamentável que para todas aquelas competências o Governo pagasse apenas um milhão, cento e dezassete mil euros (€ 1.117.000,00) e nomeadamente, cerca de trinta e seis mil euros (€ 36.000,00) à Freguesia de Cabanas. Relembrava que o Município disponibilizava um (1) funcionário e pagava cerca de cinquenta e cinco mil euros (€ 55.000,00) por quatro (4) competências.-----

--- Portanto, o que recomendava aos presidentes de junta de freguesia, da forma mais honesta e amiga, era que no mês de janeiro seguinte, quando se realizasse o Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), onde estaria o Ministro ou o Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, que expressassem a sua opinião, porque no ano de 2024, o Governo tinha transferido para as freguesias de Tavira o valor de cerca de novecentos e oitenta e sete mil euros (€ 987.000,00) enquanto a Câmara Municipal tinha transferido cerca de um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00), no ano 2025, um milhão e noventa mil euros (€ 1.090.000,00) e para o ano seguinte seria um milhão cento e dezassete mil euros (€ 1.117.000,00).-----

--- Face ao referido, dizerem ali que a Câmara Municipal não era amiga das freguesias, que diriam do Governo. -----

--- Pensava que os acordos eram justos e beneficiavam em muito as juntas de freguesias estando, como considerava, as verbas o mais próximo possível para executar um trabalho próximo das pessoas, das populações, pois era assim que via as juntas de freguesia. -----

--- Lamentava que ao serem desagregadas as freguesias, Santo Estevão e Luz de Tavira, e Conceição e Cabanas de Tavira, o Governo transferisse cerca de sessenta e nove mil euros (€ 69.000,00) a Santo Estevão e cerca de trinta e seis mil euros (€ 36.000,00) a Cabanas o que não era nem suficiente para pagar os funcionários. Considerava que era uma verba muito pequena, de quem não tinha a uma noção da realidade pelo que percebia que todos gostassem de receber uma verba mais elevada do Orçamento do Estado, que o Município também não recebia, e cada vez que a Lei das Finanças Locais era alterada, menos recebiam. -----

--- Presentemente, o valor que estavam a receber era inferior ao que recebiam quando ela tinha assumido funções na Câmara Municipal pela primeira vez, mas era o que tinham e, não obstante aquela situação tinham de encontrar outras formas de obterem receita, tendo sido o que já tinha comunicado ao Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, que a ocupação de espaço público poderia ser uma via dentro do espírito da Lei e do enquadramento legal possível. -----

--- Acrescentou que era nítido que existia um investimento baixíssimo por parte das transferências do Estado para as juntas de freguesia. Quando falavam em delegação de competências, em descentralização, eram desagregadas as freguesias, mas o Estado não tinha dotação financeira para lhes dar que, provavelmente, nem as despesas de funcionamento, como funcionários, água e luz, conseguiam pagar. Ela também gostava que Cabanas recebesse maior verba, mas, infelizmente, também não conseguiam encontrar formas de aumentar o montante que davam. -----

--- Concluiu dizendo que era o que constava na legislação, e o valor que tinham a pagar a Cabanas era o indicado porque a Freguesia apenas tinha seis (6) quilómetros quadrados enquanto as outras freguesias tinham muito mais, pelo que considerava que Cabanas recebia o que era adequado referente ao Acordo, até se tivessem em conta que as restantes freguesias eram muito maiores. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, cumprimentou todos e disse que pretendia informar que a Freguesia de que era Presidente tinha vinte e sete (27) quilómetros quadrados. Já tinham entregue os documentos pois já tinham aprovado em Assembleia de Freguesia. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Freguesia de Cachopo, cumprimentou todos e disse que considerava engraçado o que o Deputado Municipal José Graça tinha dito ao referir-se à deslocação de competências, porque sem a devida equivalência em capital era como se nada fizessem. -----

--- Pretendia, no entanto, salientar dois (2) pontos positivos por parte do Executivo Municipal. Por fim, tinha havido abertura para reverem o Acordo e, realmente, tinha havido uma tentativa de o aproximar à realidade do Concelho, contudo tinha três (3) aspetos que pretendia ressaltar. -----

--- O Acordo ainda não contemplava os mecanismos de defesa, a taxa de inflação e o aumento do salário mínimo nacional. O auto de medição para os espaços verdes era diferente de outras contratações que eram pagas pela Câmara Municipal. Compreendia a explicação, o que era diferente de a considerar justa, que não considerava. Continuava a pensar que os autos mantinham um problema de amostra total, do que eram considerados caminhos públicos, espaços verdes e quais deviam de ser considerados. Compreendia que durante muitos anos, com



ou sem trabalho voluntário, com o trabalho de tantos governos, se tinha feito muito e muitos espaços, mas também compreendia que deviam de ser cuidados e tratados de igual modo aos que já estavam reconhecidos e, por isso, continuava a afirmar que tinha sido feito um esforço substancial de melhorar, mas em oposição do que havia sido referido considerava que cerca de um milhão e setecentos mil euros (€ 1.700.000,00) para todas as juntas de freguesia, era um valor insuficiente. Todavia, cada um defendia a sua parte e a ele competia-lhe defender a sua Freguesia. -----

--- Acrescentou que às freguesias competia-lhes defender as freguesias e ao Município, o Município, no entanto continuava a considerar que havia ainda graves defeitos de quantificação base e não constavam os mecanismos de defesa nos acordos. -----

--- Solicitou que aquela situação fosse revista pelo menos devido aos mecanismos de defesa, que deviam de constar ajustados à taxa de inflação fixada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que podiam perfeitamente integrar o Acordo, tal como o aumento do salário mínimo nacional que fosse indexado diretamente através da Adenda que a Presidente da Câmara Municipal já tinha referido que iriam formalizar, ficando pois à espera da outra questão. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** lembrou que apenas assinava o Acordo quem o considerasse justo pois quem assim não entendesse que não tinha de o aceitar e assinar. -----

--- Depois, estavam a falar de preços, sendo que tinham atribuído um valor e preços para chegarem a um resultado, todavia quando a Câmara Municipal recebia as competências do Governo não constava que seriam atualizadas à taxa de inflação, mas que os custos eram aqueles e que provassem que tinham mais. Não estavam a fazer preços, mas a transferir uma verba à qual tinham chegado com um valor base, tendo um valor por metro quadrado pois tinham de se basear em alguma unidade de medida para elaborarem os cálculos. -----

--- Não se aplicava a taxa de inflação porque, ao transferirem as competências, os pressupostos eram de que determinado serviço tinha um valor específico, previamente definido, e que o pagamento seria efetuado com base nesse montante. Porém, se lhe provassem que gastavam mais, cabia-lhe rever, que era o mesmo que iria fazer relativamente às verbas que o Governo transferia para a Câmara Municipal. Dava como exemplo a eletricidade e a água, sendo proposto pagar cem (100), no entanto gastavam cento e cinquenta (150) então teriam que provar e voltar à negociação. -----

--- Quanto aos mecanismos de defesa desconhecia quais eram os mecanismos de que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo falava, todavia não lhe parecia que tivessem lugar.--

--- Em segundo lugar, a Câmara Municipal nada dizia quando, apesar de incluído no Acordo, uma máquina e manobrador da Câmara Municipal se dirigia à Freguesia e limpava os caminhos que

estavam incluídos, estando por isso a pagar duas vezes, todavia o que interessava era que as populações estivessem servidas. Com aquela máquina também abriam muitos caminhos a pedido dos munícipes porque eram idosos, porque necessitavam de caminho para a horta, pelo que abrir os caminhos não estava mal, contudo se tinha sido a junta de freguesia a abri-los, tinha de assumir a competência de os manter. Não cabia à Câmara Municipal pagar aquela manutenção até desconhecendo que tinham sido abertos. O que tinham de delegar eram os caminhos municipais e as vias principais. -----

--- Continuou dizendo que se um presidente de junta de freguesia resolvia abrir um caminho para uma horta de alguém por sua conta e risco, utilizando meios públicos, não tinha de ser a Câmara Municipal a pagar. Percebiam que as pessoas tinham dificuldades financeiras, de mobilidade, e que necessitavam de um caminho para a horta, considerando que fazia parte do apoio de proximidade que tinham de dar às populações, porém a junta de freguesia tinha de o assumir.-----

--- Podiam questionar os outros presidentes de junta de freguesia que ali estavam, sendo aquela a razão por que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo não concordava, porém, os caminhos estavam elencados, tendo os metros lineares pagos pela Câmara Municipal sido perfeitamente identificados, quais eram os espaços verdes, quantos eram os metros quadrados da escola e envolventes e qual tinha sido a forma como era determinado o valor para a manutenção do mobiliário urbano. Como calculavam o valor não tinha simplesmente aparecido pois tinham vindo a trabalhar durante um mês e meio, tendo sido efetuado um levantamento para tal.-----

--- O que não podia acontecer era que ficassem todos a pensar que se tratava de um valor ao acaso, simplesmente porque lhes tinha apetecido. Existiam anexos, que não estava certa de que constavam nos processos que os membros da Assembleia Municipal tinham recebido, onde constavam os caminhos e o que a Câmara Municipal estava a pagar, estando mais claro que o anterior onde não estavam identificados. -----

--- Era verdadeiro que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo lhe tinha remetido um conjunto de caminhos, que não eram municipais, sendo que até desconhecia se eram públicos, pelo que, pedia desculpa, mas aqueles a Câmara Municipal não iria pagar. Tinham identificado os que queriam pagar para que a Junta de Freguesia de Cachopo limpasse, quanto aos restantes a Junta de Freguesia assumiria, ou não, com as verbas que recebiam do Orçamento do Estado. A Junta de Freguesia podia decidi-lo em Assembleia de Freguesia, todavia clarificava que anteriormente a Freguesia de Cachopo recebia cerca de cento e vinte e quatro mil euros (€ 124.000,00) passando a receber cerca de cento e setenta e nove mil e seiscentos euros (€ 179.600,00) pelo que pensava que tinha sido efetuada uma reapreciação considerável. -----

--- **O Deputado Municipal Sérgio Pereira**, Presidente da Freguesia de Tavira, cumprimentou todos e referiu que a Freguesia de Tavira tinha perto de cento e quarenta e oito (148) quilómetros quadrados e que, para eles, aquele Acordo fazia todo o sentido pois assegurava a continuidade do pagamento aos funcionários existentes, bem como a continuidade do trabalho que desenvolviam, sem o qual tal funcionamento não seria possível.-----

--- Realmente, talvez a Câmara Municipal pudesse pagar mais, contudo pensava que o problema estava nas competências que tinham do Estado que não eram pagas devidamente.-----

--- Acrescentou que quando tinha falado com a Presidente da Câmara Municipal e aceitado aquele Acordo, tinha havido abertura para o reverem no caso de alguma dificuldade. Referiu também que já tinha integrado executivos anteriores da Junta de Freguesia e não tinha visto aquela abertura, sendo que o Acordo era muito inferior ao atual. Integrava a Junta de Freguesia há cerca de vinte e quatro (24) anos e que, no de início, nem sequer existiam acordos entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia.-----

--- Terminou dizendo que considerava uma boa ideia abordarem o assunto no Congresso da ANAFRE e exercerem pressão para que o Estado aumentasse as verbas a transferir. Todavia no que se referia à sua Junta de Freguesia, entendia que tinham de estar agradecidos, pois, sem aquele Acordo, seria impossível continuar a trabalhar.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, disse que efetivamente tinham realizado uma reunião para tratarem daquele assunto, mas tinham percebido que não dispunham de dados suficientes. Recordava-se de a Presidente da Câmara Municipal dizer que iam receber um montante baixo porque a Freguesia era pequena. ----

--- Referiu que a Presidente da Câmara lhe tinha perguntado qual era a área da Freguesia e que ele lhe respondera com outra questão: qual o contributo que a Freguesia dava à Câmara Municipal de Tavira. Recordou que, como afirmara na reunião, sendo pequena para receber, era muito grande para dar e, por essa razão, jamais poderiam aceitar a diferença que lhes estava a ser imposta.-----

--- A Freguesia de Cabanas tinha uma população flutuante de milhares de pessoas, o que os obrigava a suportar mais custos e a dedicar mais recursos, sem que a legislação previsse qualquer mecanismo para essa realidade. Entendiam que a Câmara Municipal encontraria certamente soluções para colmatar aquela injustiça, reiterando que consideravam a situação extremamente injusta.-----

--- Continuou dizendo que a questão não podia ser colocada em função da área, sendo que a Presidente da Câmara Municipal sabia perfeitamente que a Freguesia de Cabanas era talvez a que mais contribuía para os cofres do Município.-----

--- Terminou dizendo que a Presidente da Câmara Municipal tinha referido que quem quisesse assinava e quem não quisesse não assinava, pelo que gostava de saber o que acontecia a quem não assinasse.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que quem não assinasse, não recebia, e a Câmara Municipal assumia. Apenas estavam a delegar a limpeza de espaços verdes, escola, e no caso da Freguesia de Cabanas era a EB1 Cabanas, a limpeza dos caminhos que também não eram muitos e o mobiliário urbano. A Câmara Municipal não tinha mais competências e a Lei não lhes dava mais competências para a Freguesia de Cabanas.-----

--- Existiam ainda os contratos interadministrativos que poderiam ver e tentar que os valores fossem algo mais elevados, todavia seriam sempre valores para executar intervenções que não davam muita margem porque eram delegados para um fim em concreto sendo que o valor necessário para o funcionamento normal da Junta de Freguesia deveria ser proveniente do Orçamento do Estado.-----

--- A Câmara Municipal delegaria sempre questões muito específicas e se não pretendesse assinar o Acordo não receberia os cerca de cinquenta e cinco mil euros (€ 55.000,00). Se o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas tivesse ideias para outras competências, como já tinham falado da ocupação do espaço público, poderiam preparar. Existiam na legislação algumas que era possível transferir, mas não eram muitas mais, e desconhecia se dariam receita suficiente. -----

--- Não podia dizer que ia dar um montante extra à Freguesia de Cabanas porque Cabanas contribuía mais para o Orçamento Municipal. Tal não podia ser efetuado porque tinham de ter enquadramento legal. -----

--- Concluiu dizendo que todas as juntas de freguesia recebiam uma proporção do IMI juntamente com as transferências sendo, portanto, a Junta de Freguesia de Cabanas devidamente ressarcida através da verba adicional de IMI resultante do contributo que o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas referira que a Freguesia prestava ao Município. Assim, eram ressarcidos de uma parte do IMI que pensava estar incluída nos cerca de trinta e seis mil euros (€ 36.000,00), ou um pouco mais. Todavia desconhecia se era um valor grande ou pequeno pois não conhecia o Orçamento da Junta de Freguesia e, muito menos, de forma desagregada. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, disse que relativamente ao Contrato Interadministrativo, provava o que tinha dito, que não tinham dados suficientes, tendo sido transferidos cerca de dez mil euros (€ 10.000,00) para os apoios de pesca, que eram os dados que dispunha quanto aos valores transferidos pela Câmara Municipal.-----

--- Tinham uma despesa de água e luz no valor de onze mil, quinhentos e oitenta e quatro euros (€ 11.584,00) pelo que o valor que recebiam nem era suficiente para liquidar aquela despesa. Assim, questionava como podiam reservar verbas para realizarem qualquer tipo de manutenção. -

--- Considerava que os valores tinham de ser forçosamente revistos, porque ao ser dito que quem quisesse assinava, quem não quisesse não assinava, não recebia, eram evidentes as implicações. Acrescentou que, nessa circunstância, diria aos cabanenses que iriam encerrar a Junta de Freguesia por não reconhecerem aquela injustiça.-----

--- Terminou dizendo que se a Câmara Municipal assim o entendesse, poderia encontrar uma forma de, pelo menos, atenuar um pouco daquela situação pois, como acreditava que a própria Câmara compreenderia, qualquer colega seu que estivesse numa situação idêntica também se oporia, por considerar a situação extremamente injusta. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que iria elucidar novamente o Presidente de Freguesia de Cabanas, Carlos Baptista.-----

--- Tinha começado por dizer que naquela Assembleia Municipal não seriam apresentados os contratos interadministrativos que estavam a ser revistos, perspetivando apresentar a proposta na sessão de fevereiro, em 2026. Tinha sido a primeira explicação que tinha dado quando tinha começado a apresentar os acordos, tendo inclusivamente mencionado que os contratos interadministrativos se referiam a outras competências e não àquelas quatro (4) que estavam a delegar com o Acordo.-----

--- O valor dos contratos interadministrativos continuaria a ser o atual até entrarem em vigor os novos contratos.-----

--- O que estavam a falar naquele dia era do Acordo de Transferência de Competências. Desconhecia se o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas tinha lido o seu teor, mas estavam a falar de limpezas de espaços verdes, caminhos, da escola e do mobiliário urbano, estando apenas a delegar aquelas quatro (4) competências. -----

--- No que se referia ao Contrato Interadministrativo, seria revisto precisamente de acordo com o que tinha dito o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Dias, pois incluía mais despesas. Nem todas as juntas de freguesia tinham contratos interadministrativos, mas os que existiam, estavam a ser revistos como era o caso do contrato com a Junta de Freguesia de Cabanas. Esperavam que a sua revisão estivesse concluída para serem apresentados na Sessão da Assembleia Municipal do mês de fevereiro seguinte. -----

--- A Junta de Freguesia de Cabanas recebia também as tranches do IMI, os cerca de trinta e seis mil euros (€ 36.000,00) mas estavam ali apenas a falar dos cerca de cinquenta e cinco mil euros (€ 55.000,00) referentes ao Acordo. Certamente que pretendiam receber mais, sendo que a Câmara



Municipal também gostava de receber mais, mas o que não podiam era considerar que não era justo, porque era justo para o que estava a ser transferido no âmbito daquele Acordo. A Lei tinha sido alterada no ano 2013 e posteriormente no ano 2019, sendo que só tinham delegado aquelas quatro (4) competências que eram as que podiam ser delegadas. Provavelmente apenas seria o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Pereira, a única pessoa que ali estava que se recordaria da dificuldade por que tinham passado no ano 2013 aquando da transferência de competências porque tinham um valor correspondente às competências que podiam ser delegadas pela câmara municipal nas juntas de freguesia e que estavam previstas na Lei n.º 75/2013. Por aquela altura existia uma série de critérios a ter em conta como eram a dimensão da freguesia, a população e outros. Ela era então Vereadora da Administração e Finanças, sendo que o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, também era Presidente, e recordava-se de como eram efetuadas as transferências, calculadas com base na população e outros fatores. Todavia a legislação tinha voltado a alterar no ano 2019 sendo que presentemente tinham de criar os mecanismos dentro do enquadramento legal local plasmado no Decreto-Lei n.º 57/2019 pelo que apenas tinham conseguido delegar aquelas competências. Com os contratos interadministrativos podiam delegar mais algumas competências e pagar mais algumas despesas.-----

--- Terminou dizendo que não seria possível às juntas de freguesia realizarem coisas diferentes uma vez que a Câmara Municipal delegava aquelas competências acompanhadas da respetiva avaliação. Acrescentou que não pretendia afirmar que não iriam receber mais alguma verba — porque iriam — uma vez que a questão dos apoios de pesca e a sua manutenção seria atualizada, tal como acontecia em Santa Luzia. Todavia, desconhecia se tal situação seria suficiente ou se permitiria aliviar ou não o esforço financeiro suportado. Sublinhou, ainda, que obviamente esperava que a situação viesse a melhorar.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, insistiu na indignação que sentiam e que em função do que estava a ser dito, existia uma freguesia com menor área do que Cabanas e que, em termos populacionais não apresentava uma diferença significativa, mas recebia o dobro. -----

--- Concluiu afirmando que lhe parecia evidente que algo não estava correto, não seriam aquelas freguesias a receber uma verba excessivamente elevada, mas sim a sua que recebia um montante demasiado reduzido. Acrescentou que gostaria de compreender qual o critério utilizado. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Freguesia de Cachopo, disse que primeiramente referia que a sua freguesia tinha cento e noventa e sete (197) quilómetros quadrados e eram os que mais recebiam do FEF e do Município. -----

dx
A

--- Falando do Acordo, deveria de ter sido o único que tinha apresentado uma contraproposta aos autos de medição, efetuados por GPS e, após cálculo tinham uma diferença de cerca de quarenta e oito mil euros (€ 48.000,00).-----

--- Considerava não ser um problema grave a abertura de estradas e caminhos por iniciativa de particulares. Por outro lado, questionava se as estradas para o Monte de Alcaria Alta, Monte das Casas ou para aquele tipo de montes, eram consideradas estradas particulares. Entendia que não o eram e que a Lei permitia enquadrar esses montes como estradas de serventia pública, tratando-se, portanto, de uma infraestrutura pública.-----

--- Reiterava que denotava que o Município tinha efetuado um esforço ao reconhecer mais quilómetros, mas para que tivessem uma noção, Cachopo tinha quarenta e quatro (44) quilómetros de estrada contabilizada no anterior Acordo tendo passado a noventa e nove (99) quilómetros. Pensava que o ideal seriam cento e vinte e oito quilómetros (128) que lhe pareciam ser de utilidade pública primária, não alargando a segundas ligações dos montes. -----

--- Reafirmava que denotava o esforço realizado, contudo os autos de medição que serviam de base ainda tinham alguns erros que seriam de rever. -----

--- Quanto aos mecanismos utilizados, referiu que a Presidente da Câmara Municipal já tinha abordado e aceitado um deles, considerando igualmente justo o outro mecanismo, a renovação sucessiva por via manual e a elaboração de novos autos de medições. Contudo, sublinhou que, independentemente do método adotado, os relatórios permitiam monitorizar a aplicação dessas situações.-----

--- Sabiam que existiam juntas de freguesia que sem aquele Acordo seriam financeiramente inviáveis. Dizerem que não aceitavam era o mesmo que dizer que tinham de aceitar. A Junta de Freguesia de Cachopo já tinha aceitado tudo porque iria receber cerca de setenta e oito mil euros (€ 78.000,00). -----

--- Ao ser referido que, se não quisessem não aceitavam, e sabendo que as juntas de freguesia eram financeiramente inviáveis, afirmou que seria um dos que apresentaria uma moção no Congresso da ANAFRE onde a Lei das Finanças Públicas seria debatida. -----

--- Considerava que não podiam afirmar que as juntas de freguesia partiam em igualdade na aceitação daqueles valores, porque qualquer verba que as juntas de freguesia recebessem era sempre positiva e dado que não eram autónomas encontravam-se numa posição de fragilidade. Acrescentou que, embora entendesse que o Estado Central estivesse errado, não significava que todos estivessem, pelo que seria necessário irem melhorando em algum ponto. -----

--- Reiterava que denotava um esforço em readaptar os acordos à realidade, mas continuava a afirmar que existiam alguns erros no caso da Freguesia de Cachopo, cujo valor não era

extraordinariamente elevado, estando a falar de quarenta e oito mil, duzentos e vinte e quatro euros (€ 48.224,00). -----

--- Questionou se a Presidente da Câmara Municipal sabia quando é que a niveladora tinha estado pela última vez em Cachopo, pois ele tinha a ideia exata e, lamentavelmente, a niveladora não regressava a Cachopo havia mais de um ano. Desejava as melhoras ao funcionário que estava magoado, que tivesse uma rápida recuperação. Era um dos melhores técnicos do Município que podia ter muitos do mesmo nível, todavia era um excelente técnico. Agradecia que tivesse meios para trabalhar, mas, lamentavelmente, todos sabiam da falta de recursos, por isso não podia estar a exigir uma niveladora à Câmara Municipal quando tinha consciência de que não dispunham de recursos humanos para a operar. -----

--- O que tinha solicitado numa reunião com a Câmara Municipal era que lhes dessem autonomia para executar o trabalho, sendo o que aqueles autos de medição representavam, uma forma de a Câmara Municipal dar autonomia para que as juntas de freguesia conseguissem cumprir aquelas competências. Assim, se a autonomia não permitia, se as verbas não permitiam cumprir as competências de forma satisfatória, seria como se os acordos funcionassem apenas para passar verbas para as freguesias, o que não era o que queriam, pretendendo-se que as quatro (4) competências fossem devidamente cumpridas de modo que o Concelho estivesse em condições. -

--- Mais uma vez assinalava a tentativa de os valores serem plausíveis, referindo que tinham apresentado uma proposta com uma diferença de cerca de quarenta e oito mil euros (€ 48.000,00). Contudo, tinham aceitado em Assembleia de Freguesia o Acordo que lhes fora apresentado. Considerava que ainda existia trabalho a realizar ao nível do levantamento e quantificação dos acordos a fazer, e reiterava que não tinha mudado de opinião, sublinhando que cada um ali presente estava para defender aquilo que considerava ser o correto. -----

--- Terminou dizendo que compreendia que cada vez mais, o Município fosse perdendo competências nas áreas de manutenção dos caminhos e dos espaços verdes porque também ia perdendo recursos humanos devido às aposentações e os novos funcionários não tinham aquelas competências. -----

--- Concluiu dizendo que era verdadeiro que, por exemplo, a Junta de Freguesia de Cachopo tinha solicitado a deslocação de uma niveladora há alguns anos. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, referiu que enquanto a Sessão decorria ele tinha escrito um rascunho de moção para apresentarem na ANAFRE, reclamando da forma como eram distribuídas as verbas do Estado, que não concordava, porque numa freguesia dentro do concelho que tinha muita população era a câmara municipal que fazia quase todo o trabalho e numa freguesia com áreas muito grandes,

como era o caso de Santa Catarina da Fonte do Bispo e outras, que tinham muito trabalho a limpar caminhos, recebiam pouco dinheiro relativamente às que se localizavam na cidade. -----

--- Não se estava a referir a Santa Maria que também tinha uma grande área de terreno rural, mas como todos sabiam, existiam freguesias totalmente dentro da cidade e era a câmara municipal que executava todo o trabalho, o que pensava ser errado e, os cerca de sessenta e nove mil euros (€ 69.000,00) que a Freguesia de Santo Estevão recebia, nem eram suficientes para pagar os salários. Assim, questionava o que fariam se a Câmara Municipal não estabelecesse aquele Acordo com as freguesias, como poderiam ser geridas, sendo o caso de Cabanas e outras. -

--- Quis recordar à Presidente da Câmara Municipal que, no ano de 2013, o único Presidente de Junta de Freguesia ali presente era ele próprio. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que o que pretendia dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo era que os caminhos que não estavam incluídos, não tinham sido delegados. De acordo com a legislação não podiam exigir que fizessem a limpeza nos caminhos que não estavam incluídos pelo que não entendia como é que a Freguesia ficava prejudicada. Por outro lado, se verificassem que estavam errados, como tinha dito o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, ali estavam para conversar. -----

--- Reiterava que quem pretendesse assinava, quem não entendesse assinar, não assinava. Travavam-se de competências que a Câmara Municipal delegava nas freguesias. -----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão tinha referido que era mais fácil para uma junta de freguesia dentro da cidade, no entanto ela tinha dúvidas, porque provavelmente seria a Freguesia de Tavira que mais espaços verdes tinha para limpar, porque tinha aceitado, apesar de terem uma Empresa Municipal. Portanto, considerava que tinham de conhecer a realidade dos outros em pormenor e, no caso da Freguesia de Tavira, a Junta de Freguesia também fazia muito trabalho, reparando buracos com alcatrão frio, tal como as restantes juntas de freguesia faziam mais no interior. -----

--- Podia parecer que era tudo feito na cidade, do que talvez a Junta de Freguesia de Tavira beneficiava, por exemplo no caso de uma obra nova que acabava por beneficiar a Junta de Freguesia, mas tinha uma verba mais elevada porque era maior, porque tinha conseguido ao longo do tempo reunir uma equipa e porque no processo de negociação tinha aceitado um conjunto de competências. Se falassem apenas das escolas eram em maior número, o que representava muito mais intervenções de manutenção, reparação, como uma torneira, uma persiana, uma fechadura, e tinha que ter muitos mais funcionários. -----

--- Era certo que cada um pretendia mais verbas para a sua realidade. -----

--- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo disse que sempre estariam ali para conversarem, que se considerasse que o Acordo não era justo, não estava obrigado a assinar e dizerem que as juntas de freguesia dependiam daquela verba considerava ser demagogia, porque não dependiam, não deviam depender. As juntas de freguesia eram autarquias locais com competências próprias e autonomia administrativa e financeira e não deviam de necessitar da Câmara Municipal para funcionarem. Considerava que aquilo era o erro porque a Câmara Municipal devia de pagar para que as questões fossem resolvidas de forma mais rápida, eficaz, eficiente, sendo também por aquela razão que o Governo tinha delegado na Câmara Municipal questões de educação e saúde. -----

--- Concluiu dizendo que não podiam fazer depender a existência de uma junta de freguesia que era uma Autarquia Local, da transferência de competências da Câmara Municipal, sendo aquela a essência do erro. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, disse que apenas pretendia dizer que se tinha explicado bem e que o que tinha dito não estava relacionado com o Presidente da Freguesia de Tavira, Sérgio Pereira, cuja Freguesia tinha também uma área rural muito grande.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Freguesia de Cachopo, disse que quanto à questão da limpeza e não limpeza de caminhos pensava que era melhor começarem a sinalizar no local os que estavam englobados no Acordo, para que as pessoas percebessem quando reivindicavam. -----

--- No que se referia à dependência das juntas de freguesia, como a Presidente da Câmara sabia, não tinha falado em causa própria, sendo que existiam pelo menos quatro (4) freguesias no Concelho que se não recebessem aquelas verbas nem conseguiam pagar os salários dos funcionários. Sabiam perfeitamente e não valia a pena estar a escamoteá-lo. Não dizia que o problema era da Câmara Municipal, todavia pensava que se trabalhassem em equipa trabalhavam sempre melhor e sabiam perfeitamente que existia uma posição de fraqueza naquele assunto e que não podiam estar à espera de meios contrários. Sabiam-no perfeitamente e continuava a dizer que o Acordo já tinha sido aprovado pela Freguesia de Cachopo com mais cerca de setenta e nove mil euros (€ 79.000,00) sendo que a única diferença que tinham estava relacionada com a medição dos caminhos de terra que, na sua opinião, representavam mais cerca de quarenta e oito mil euros (€ 48.000,00). -----

--- Acrescentou que, dentro daquela negociação, não considerava a Junta de Freguesia de Cachopo a mais prejudicada, contudo também lhe cabia esclarecer quem os assistia que existiam

freguesias no concelho que se não formalizassem aqueles acordos eram inviáveis financeiramente.-----

--- Terminou dizendo que Cachopo era a única Freguesia do Concelho que recebia mais do FEF do que o Município, não interessando por que motivo, sendo que conseguia autonomamente liquidar as contas com a verba do Governo, no entanto existiam freguesias que não podiam dizê-lo, como sabiam, partindo assim de uma posição de fraqueza numa negociação contratual. Tinha sido apenas o que tinha referido.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que precisamente por o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo ter dito que eram uma equipa e saber que existiam juntas de freguesia com problemas financeiros, sobretudo as que se tinham desagregado, é que tinham iniciado o mandato a negociar novos acordos estando a Câmara Municipal a investir mais cerca de seiscentos mil euros (€ 600.000,00) nas transferências de competências para as juntas de freguesia.-----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo tinha sorte em provavelmente ter um orçamento adequado, proveniente do Orçamento de Estado, sendo que, por exemplo a Junta de Freguesia de Tavira recebia cerca de trezentos e trinta mil euros (€ 330.000,00) e a Câmara Municipal, seiscentos e sessenta e cinco mil euros (€ 665.000,00). Todavia não lhe parecia que estavam numa posição de fragilidade não sendo forçados a aceitar. Não lhe parecia correto pois não tinham de aceitar que, se não executassem aquelas competências, provavelmente representava um funcionário que não necessitavam de contratar. Reiterou que não eram forçados a assinar. -----

--- Concluiu dizendo que não concordava com o que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo tinha dito que eram obrigados e existia uma posição de fraqueza, sendo que a negociação daqueles acordos era o que os tornava a todos mais fortes, contudo não podiam comparar o incomparável.-----

--- **O Deputado Municipal Nuno Mateus**, Presidente da Freguesia de Santa Luzia, disse que apenas pretendia informar aquela Assembleia Municipal que o Acordo de Santa Luzia tinha sido aprovado pela Assembleia de Freguesia de Santa Luzia e que tinha tido um aumento, que agradeciam, e esperava que fosse ali aprovado naquela noite, pois necessitavam de verba para rapidamente começarem a trabalhar. -----

--- Relativamente aos novos contratos interadministrativos que iriam englobar os apoios de pesca, a rampa, o polidesportivo e outros, pensava que Santa Luzia iria ficar bastante bem. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 351/2025/CM – Descentralização Administrativa – Acordos e Autos de Transferência de Recursos para as**

 Freguesias - 2025, a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, Hélder Conceição, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Luís Filipe Machado, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira e Sofia Gomes, e catorze abstenções dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, André Oliveira, Artur Gomes, Carlos Pires, Carlos Baptista, Emília Justo, Gonçalo Santos, Joana Morcela, João Mendonça, Linda Ova, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás e Viriato Jesus. -----

--- Passou ao ponto número seis, Proposta n.º 352/2025/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o Ano 2026.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal, ainda referente ao ponto anterior, disse que apenas pretendia questionar os presidentes de junta que tinham acabado de se abster, se nas respetivas assembleias de freguesia tinham votado a favor ou contra. Pretendia ter aquele conhecimento para saber o que comunicar à DGAL, ou não, na segunda-feira seguinte. Considerava que era uma hipocrisia o facto de votarem a favor nas assembleias de freguesia, sendo que o que tinha acontecido é que era demagogia no seu limite, que nenhuma vez tinha visto naquela Assembleia Municipal.-----

--- Terminou dizendo que realmente deviam de ter vergonha do que tinham ali feito naquele dia.-

--- O Deputado Municipal Carlos Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, referiu que apenas queria informar a Presidente da Câmara Municipal que os presidentes de junta de freguesia não tinham direito a voto nas assembleias de freguesia.-----

--- Era evidente que, para o processo avançar, tinham de o ter votado em junta de freguesia, pois caso contrário ainda seria pior. Era certo que se o tinham apresentado em Assembleia de Freguesia, tinha sido porque o tinham aprovado, mas tudo tinha acontecido por ser um processo que tinha que ser aprovado em vários órgãos, não tendo havido tempo e os dados em análise terem sido conseguidos recentemente, sendo que precisamente por aquela razão discordava completamente do que a Presidente da Câmara Municipal estava a dizer, que a Câmara Municipal não devia de ser obrigada a transferir aquelas competências porque as freguesias constituíam o concelho que era formado pelo seu somatório. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que eram órgãos autónomos pelo que se a Câmara Municipal tivesse de entregar o montante, tinha que fiscalizar a junta de freguesia, mas não o fazia, não tendo qualquer poder sobre o Presidente da Junta de Freguesia que era eleito tal como ela própria. Assim, questionava porque teria obrigação de financiar, se tal se verificasse não seria Presidente de Junta de Freguesia, mas um dirigente do município tendo que responder a ela, o que não era o caso pois o Presidente de Junta de Freguesia tinha autonomia, decidia como bem

entendia, tanto mais que se tinha decidido abster e dado indicação à sua Assembleia de Freguesia para votar a favor. Considerava aquele facto gritante, nunca visto. Alguém que dizia que o acordo era essencial para as freguesias, a seguir abstém-se, que a desculpassem, mas considerava vergonhoso. Reiterou que era vergonhosa a posição dos presidentes de Junta de Freguesia. -----

--- Terminou dizendo que gostava que tivessem uma posição consistente que passaria por não ser aprovado nas Assembleias de Freguesia, apelando aos seus membros que votassem contra, o que seria coerente com o que estavam naquele momento a fazer, porque não estavam a colocar a freguesia de que eram presidentes em primeiro lugar, estando a optar pela politiquice que era a razão por que as coisas corriam mal. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, esclareceu que se voltasse atrás, faria exatamente o mesmo pois não via qualquer contradição. O que ali tinha acontecido naquele dia e naqueles termos era completamente diferente da informação de que dispunham e, tinha optado por se abster para não votar contra. -----

--- Pensava que os termos que a Presidente da Câmara Municipal tinha utilizado, não lhe tinham ficado nada bem porque ninguém a tinha tratado daquele modo. Não era vergonhoso e reprovava totalmente a questão da politiquice porque sempre tinha servido a sua terra da forma valorizada pelos cabanenses e era com eles que se tinha de preocupar. A sua maior decepção era ser reprovado por eles, o que o levava a fazer tudo aquilo que entendesse correto para que as pessoas que o tinham visto nascer, da sua terra, no caso de que as questões não corressem bem, constatassem que não seria por falta de entrega sua. -----

--- Concluiu dizendo que podia dar vários exemplos de politiquice, mas era uma questão da qual não pretendia participar. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, referiu que primeiramente pretendia dizer que tinha aprovado aquele documento em Executivo da Junta de Freguesia, exatamente pelo que já tinha dito anteriormente, que a diferença entre os valores não era tão grande que não lhes permitissem aprovar o mesmo. -----

--- Por outro lado, dizerem que se as juntas não aceitassem aquele acordo, o mesmo era cumprido pela Câmara Municipal, considerava pura demagogia, porque sabiam perfeitamente que os caminhos não seriam reparados e as limpezas não seriam feitas. Disse que não valia a pena estarem ali a dizer o contrário e considerava que se trabalhassem unidos eram mais fortes. -----

--- Tinha-se abtido, não votado contra, exatamente porque tinham uma diferença de apenas cerca de quarenta e oito mil euros (€ 48.000,00). Nos três (3) locais em que o Acordo tinha sido colocado a votação, num deles não tinha votado porque era Presidente de Junta de Freguesia,

tendo-se também absterido na Reunião do Executivo da Freguesia como constava em ata, sendo exatamente o que tinha acabado de fazer ali.-----

--- Certamente que a acusação de falta de coerência não era para ele até porque desde há quatro (4) anos que vinha dizendo o mesmo. -----

--- Acrescentou que quando fosse necessário votar contra a sua Bancada, pela sua terra relativamente ao que não votaria contra, seria o primeiro a fazê-lo, até porque nem sequer era filiado no Partido. -----

--- Reiterou que aquele tipo de acusações certamente que não eram para ele. -----

--- Terminou dizendo que se tinha absterido porque mais uma vez, reconhecendo o esforço feito para tentarem chegar a um valor plausível, não podia votar a favor após intervenções de dez (10) minutos a dizer o que pensava estar bem e o que estava mal, pelo que não podia ser incoerente. -

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo só votaria favoravelmente quando o Acordo fosse o que ele pensava que teria de ser, mas no Acordo anterior tinham delegado competências tendo muitas delas sido realizadas, como era o caso de alguns caminhos que não eram limpos atempadamente. -----

--- Dizia que se fosse a Câmara Municipal não o fariam, mas questionava quantas vezes tinha telefonado ao Presidente da Junta de Freguesia, Rafael Dias, a chamar à atenção para determinado caminho. Pelas palavras do Presidente de Junta de Freguesia, ele era um poço de virtudes e os outros um poço de incompetência.-----

--- Acrescentou que o Presidente da Junta de Freguesia falava bem, mas não a enganava com aquelas palavras porque o conhecia bem e sabia sobre o que tinham falado, como eram os relatórios referentes à delegação de competências e como as coisas eram feitas. Não estava a dirigir-se particularmente ao Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, mas a todos os presidentes de junta de freguesia.-----

--- Concluiu dizendo que sabiam que a muitas das verbas da delegação de competências era dado outro uso e também como eram elaborados os relatórios, portanto dizer que se não assinarem os acordos a Câmara Municipal não cumpria as suas funções, que a desculpassem, mas era mentira, a Câmara Municipal sempre o tinha feito.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** respondeu que, se tinham existido juntas de freguesia a desviar verbas, então que a Presidente da Câmara Municipal fizesse o favor de dizer quais eram e que o provasse naquele momento. -----

--- Não dizia que andavam a desviar verbas porque sempre tinha referido que existiam juntas de freguesia a consumir verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para cumprir competências. -

--- Que se recordasse em Cachopo tinham recebido uma correspondência eletrónica de um morador a reclamar de uma estrada. Tratava-se de uma estrada que tinha sido reparada dois meses antes necessitando de ser reparada novamente, o que tinha acontecido e, não se recordava de ter falado ao telefone com a Presidente da Câmara Municipal sobre alguém que tinha a estrada estragada. -----

--- Tinha abordado a questão porque sabia perfeitamente, como a Presidente da Câmara Municipal também sabia, que a Câmara Municipal não tinha recursos humanos para poderem responder àquele tipo de situações. -----

--- Concluiu dizendo que tinham juntas de freguesia autónomas naquela matéria pelo que se tinha abtido por considerar que o Acordo não era o ideal para a sua Freguesia, não obstante ser melhor que o anterior. Reiterou que se tinha abtido sempre sobre aquela matéria. -----

--- **O Deputado Municipal João Mendonça**, Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira, cumprimentou todos e disse que pretendia esclarecer dois pontos. -----

--- Primeiramente, ele estava a iniciar pela primeira vez um mandato como Presidente de Junta de Freguesia e toda aquela negociação tinha sido realizada de um modo muito rápido e, confessava, com alguma falta de conhecimento e preparação da sua parte. Obviamente que tinham tido de aprovar em Executivo da Freguesia, o que tinha acontecido com ressalvas. -----

--- Também tinham colocado questões, como o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo já tinha feito, referentes à atualização dos valores à taxa de inflação, que ele próprio tinha abordado logo na primeira reunião preparatória, sendo que na altura, lhe tinha parecido haver a possibilidade se ser incluída, o que não tinha acontecido, pelo que tinham aprovado com ressalvas. Aquela era a razão da sua abstenção porque necessitavam daquela verba para poderem trabalhar, mas também não se podia manifestar a favor de algo relativamente ao qual existia um ponto com o qual não concordavam, o que pensava ser normal. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal disse que iam passar à apresentação da Proposta n.º 352/2025/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o Ano 2026.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Orçamento Municipal para o ano de 2026 não era o que ela gostaria, no entanto, era o que tinha sido possível elaborar com as regras que lhes eram impostas. -----

--- Como sabiam e ela também já o tinha dito, já o repetia, pensava que há mais de dez (10) anos, constituía um enorme problema a elaboração do Orçamento sem a integração do Saldo de Gerência. -----

--- O Orçamento em apreço tinha tido a particularidade de ser ainda mais difícil por força das obras e sobretudo do valor das que já tinham adjudicadas ou com contratos assinados. O Saldo de

Gerência era utilizado para assumir as despesas dos procedimentos que iam lançando, quer a nível das empreitadas, quer outro tipo de despesas, mas sobretudo das empreitadas. A integração do Saldo de Gerência aconteceria no mês de fevereiro seguinte, sendo a partir daquela data que teriam um Orçamento de cerca de setenta milhões de euros (€ 70.000.000,00).-----

--- Quando estavam a construir o Orçamento não podiam utilizar a previsão do Saldo de Gerência pelo que tinham ficado reduzido. O Saldo de Gerência tinha vindo a rondar os dezoito (18), vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00) o que eram valores bastante consideráveis. Tinham contratado e tinham com adjudicações, habitação social no valor de cerca de oito milhões de euros (€ 8.000.000,00), a Unidade de Consultas Externas, nove milhões de euros (€ 9.000.000,00), pavimentações de um milhão e quatrocentos mil euros (€ 1.400.000,00), as pavimentações e o arranjo dos taludes e alguns caminhos, no valor de um milhão e trezentos mil euros (€ 1.300.000,00), as pavimentações na Conceição, um milhão e quatrocentos mil euros (€ 1.400.000,00), a zona de atletismo de Santa Luzia, mais um milhão de euros (€ 1.000.000,00), o relvado da Bela Fria, cerca de trezentos mil euros (€ 300.000,00), a extensão de saúde de Cabanas, seiscentos mil euros (€ 600.000,00), a Escola de Santa Catarina, mais um milhão de euros (€ 1.000.000,00).-----

--- Tendo em conta todos os milhões elencados, tornava-se muito difícil elaborar o Orçamento sem a integração do Saldo de Gerência, até porque ainda tinham um conjunto de compromissos assumidos, compromissos normais como as despesas referentes aos recursos humanos, contrato de refeições escolares, de combustíveis, água, luz, gás para as piscinas e cantinas escolares e outros. Todos aqueles eram compromissos e contratos plurianuais, a três (3) anos. -----

--- Tornava-se muito difícil elaborar o Orçamento com todas aquelas despesas e compromissos assumidos que estavam cabimentados e comprometidos pelo que não tinham conseguido elaborar um Orçamento totalmente transparente que refletisse tudo o que tinham vontade de realizar, sendo que o que gostariam era de elaborar um Orçamento e um Plano Plurianual de Investimentos (PPI) com todos os investimentos que pretendiam executar durante o mandato. Tinham-no feito há quatro (4) anos e era como gostariam de fazer para o futuro, com a previsão das receitas e também adequando, calendarizando. -----

--- Tinham ainda outra questão. Atualmente, como sabiam, quase todas as obras que eram lançadas eram superiores a oitocentos mil euros (€ 800.000,00), um milhão de euros (€ 1.000.000,00), e todos os projetos superiores a oitocentos e cinquenta mil euros (€ 850.000,00) tinham que ser sujeitos a revisão do projeto tal como todos os projetos superiores a setecentos e cinquenta mil euros (€ 750.000,00) tinham que ter o Visto do Tribunal de Contas. -----

--- A revisão do projeto tinha de ser elaborada por uma empresa diferente daquela tinha elaborado o projeto e não podia ser efetuada pelos técnicos da Câmara Municipal, o que queria dizer que tinham de contratar. A contratação significava introduzir na plataforma, fazer lotes para encontrarem empresas que fizessem a revisão do projeto significando um atraso de mais sete (7) ou oito (8) meses. -----

--- No que se referia ao Visto do Tribunal de Contas, se demorassem tanto como tinha acontecido com as pavimentações da Luz de Tavira, seriam mais três (3) ou quatro (4) meses, apesar de se tratar de uma empreitada para colocar alcatrão sobre alcatrão. -----

--- Assim, os projetos que já estavam elaborados, entregues e aprovados por ela, ainda tardariam um (1) ano porque tinham de juntar seis (6) meses de revisão do projeto e lançar a empreitada, o que significava cerca de dois (2) anos para que se iniciar a intervenção. Aquela questão não permitia a elaboração do PPI com o rigor que gostaria de apresentar ali, primeiramente porque tinham alguns projetos que estavam praticamente concluídos para lançar novo procedimento para a elaboração da revisão dos projetos, que era obrigatória para o Tribunal de Contas, para as candidaturas e, portanto, eram processos que se atrasavam muitíssimo a juntar ainda ao próprio procedimento da empreitada. -----

--- Considerava que as dificuldades com que se tinham deparado para a elaboração do Orçamento estavam bem explicadas na sua nota introdutória bem como alguma receita para habitação social por parte das candidaturas ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Estavam a falar em cerca de doze milhões de euros (€ 12.000.000,00) já investidos em habitação porque também tinham outras empreitadas que esperava se iniciassem no início do ano seguinte, em janeiro, quer em Cabanas que já se encontrava consignada, quer na Boavista cujo processo estava em fase de contratação e, portanto, eram doze milhões de euros (€ 12.000.000,00) relativamente aos quais gostaria muito de receber alguma verba por parte do Governo que já tinha anunciado muitos milhões mas a Câmara Municipal de Tavira ainda não tinha recebido nada apesar de terem processos com maturidade. Inclusivamente tinham candidatado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) os quinze (15) fogos na Conceição de Tavira continuando sem saber se o PRR iria ou não financiar, contudo diziam que não havia execução do PRR. Estavam ali prontos cerca de quatro milhões (€ 4.000.000,00) a executar, pelo que se pretendessem ter execução do PRR bastava darem apoio financeiro a Tavira, que agradecia. -----

--- Presentemente, como tinha referido, estavam com a lista final, praticamente prontos para elaborar os contratos, pelo que se o PRR pretendesse execução até ao mês de março seguinte

bastava apenas financiar aquela operação porque ainda antes daquele mês teriam as quinze (15) famílias a deixarem de viver em condições indignas. -----

--- Reiterou que os constrangimentos legais eram difíceis e que, também ela gostava de ter um Orçamento mais transparente o que, desde que era responsável pela sua elaboração, sempre tinha pugnado por ter um documento transparente, que pudesse ser lido por todos e de fácil entendimento, porém aquele era o Orçamento possível. -----

--- Terminou dizendo que tinham integrado mais dois projetos que estavam a ser revistos, a Rua 25 de Abril na Conceição de Tavira e a Rua 1.ª de Maio em Santa Catarina da Fonte do Bispo. No Orçamento ainda não constavam todas as intervenções que pretendiam realizar no ano 2026 pois estavam a aguardar a integração do Saldo de Gerência no mês de fevereiro seguinte. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** pediu que a Proposta fosse votada em dois pontos, o Orçamento e o Mapa de Pessoal. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** questionou como tinha sido votada na Reunião do Órgão Executivo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que tinham votado em separado. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando que ninguém discordava do proposto, colocou a votação a Proposta n.º 352/2025/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o Ano 2026, da seguinte forma: -----

--- **Ponto 1 – Orçamento Municipal** – Foi aprovado por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, Hélder Conceição, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Luís Filipe Machado, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira e Sofia Gomes, e treze votos contra dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, André Oliveira, Artur Gomes, Carlos Pires, Emília Justo, Gonçalo Santos, Joana Morcela, João Mendonça, Linda Ova, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás e Viriato Jesus. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista** não votou por se encontrar ausente da sala. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** pediu para proceder à leitura de Declaração de Voto antes de passarem à votação seguinte uma vez que o seu teor se referia apenas ao Orçamento: ---

--- *«O Orçamento Municipal, para além do documento estratégico mais importante do Município, é a base para o desenvolvimento de toda a atividade municipal, onde todas as ações, obras, projetos e investimentos estão necessariamente definidos. Somos conhecedores da imensa dificuldade que subjaz a sua elaboração.* -----



--- A proposta de Orçamento Municipal para 2026 segue linhas estratégicas e a orientação política dos orçamentos anteriores, que tem conduzido Tavira a uma visível estagnação, que difere da nossa visão para o futuro de Tavira. -----

--- Sendo certo que a orientação política é uma opção legítima do Executivo, já a inexistência de quaisquer informações sobre a “EMPET – Parques Empresariais de Tavira, EM”, no presente orçamento constitui uma omissão grave.-----

--- Alertamos, ainda, que este facto é recorrente desde o anterior mandato, continuando-se a desconhecer, as responsabilidades, a orientação e o objetivo do Executivo Municipal relativamente ao presente e ao futuro da Empresa Municipal.-----

--- Face ao referido apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 352/2025/CM - Orçamento municipal para o ano 2026.»-----

--- **O documento original encontra-se em anexo à ata em minuta.** -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que pretendiam apresentar Declaração de Voto em nome da Bancada do PS, que passava a ler:-----

--- “O Partido Socialista vota a favor deste Orçamento porque é sério, responsável e rigoroso. Ele apresenta uma visão clara para o concelho e inclui projetos importantes e socialmente relevantes para Tavira e para os seus habitantes. -----

--- Este Orçamento responde às necessidades reais da população, investe nas pessoas e promove coesão social, desenvolvimento equilibrado e futuro. -----

--- Lamentamos, porém, o voto contra do PSD e do Chega. Esse voto demonstra falta de espírito democrático e desrespeito pela vontade recente dos cidadãos, que confiaram ao Partido Socialista e à Presidente Ana Paula Martins a governação do concelho. -----

--- Votar contra este Orçamento é votar contra medidas que fazem diferença na vida das pessoas, nomeadamente:-----

- Políticas de apoio à natalidade; -----

- Reforço da segurança e da proteção civil;-----

- Melhor mobilidade e espaço público; -----

- Construção e requalificação de equipamentos desportivos;-----

- Valorização das escolas pública;-----

- Melhoria das condições de saúde no concelho.-----

--- O Partido Socialista reafirma o seu compromisso com um desenvolvimento responsável, solidário e inclusivo, colocando as pessoas no centro das decisões. Por isso, votamos favoravelmente este Orçamento.”-----

--- Dado que se tratava da sua última intervenção, pretendia desejar a todos umas “Boas Entradas”, muita saúde, sorte e sucesso para todos os tavirenses e todos os presentes naquela Assembleia Municipal. -----

--- O documento original encontra-se em anexo à ata em minuta. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Ponto 2 – Mapa de Pessoal – que foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- O Deputado Municipal Hélder Conceição, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição de Tavira, cumprimentou todos e disse que naturalmente não tinha feito por escrito, mas votando a favor porque estava contemplado no orçamento investimento para a freguesia da Conceição de Tavira que aguardava pudesse realizar-se no ano 2026, sendo a razão de ter votado favoravelmente. -----

--- Queria expressá-lo ali e desejar a todos naquele final de ano, um ano de 2026 feliz, que fosse mais próspero e que tivessem todos melhores condições. -----

--- Terminou dizendo que naquela intervenção tinha utilizado os seus três (3) minutos que realmente era o proposto na Assembleia Municipal para a condição. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que, para terminar, pretendia agradecer a intervenção do Presidente de Junta de Freguesia, Hélder Conceição, porque refletia o que tinha aprendido, há dezasseis (16) anos, quando era Vereadora de Administração e Finanças, que os presidentes eleitos por outros Partidos Políticos, que não o do Executivo Municipal, naquele caso um Movimento Independente, faziam sempre uma declaração de voto porque entendiam que o Orçamento Municipal era uma mais-valia. Aquela era a razão por que se sentia triste e ficava a pensar que falavam muito em trabalhar para todos, serem uma equipa, mas com intervenções como as que tinha acabado de ouvir relativamente aos acordos de transferência de competências, na primeira oportunidade, mostravam que verdadeiramente não o eram. -----

--- Reiterou o agradecimento pela declaração de voto e pensava que estavam vertidos no Orçamento vários investimentos para a Freguesia da Conceição. Considerava que aquela atitude demonstrava verdadeiramente o que era zelar pelo interesse dos fregueses. -----

--- Disse que pretendia apenas desejar a todos um excelente ano de 2026, que fosse um ano de muita saúde porque mais trabalho não ia desejar visto já terem muito, mas, sobretudo que fosse um ano de concretizações e muitos projetos para o bem de Tavira. -----

--- Informou que no final daquela Sessão o Município oferecia um Bolo-Rei. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade, que se anexa à presente ata. -----

--- Disse que primeiramente pretendia agradecer a todos os que estavam a trabalhar com eles e informar que no dia 12 de janeiro de 2026 iriam realizar-se as eleições para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).-----

--- Todos os que eram membros da Assembleia Municipal integravam os cadernos eleitorais e a votação realizava-se no dia 12 seguinte estando a Mesa de Voto colocada nos Paços do Concelho, funcionando entre as dezasseis (16) e vinte (20) horas. -----

--- A Mesa de Voto era composta pelos membros da Mesa daquela Assembleia Municipal com o apoio dos serviços como tinha acontecido nas anteriores eleições. Assim, pedia aos deputados e vereadores municipais que votassem o mais cedo possível de modo a encerrarem o período de votação. -----

--- Acrescentou que já tendo a Presidente da Câmara Municipal informado quanto a terem ali um Bolo-Rei, queria agradecer a todos os que tinham estado presentes e ao público que assistia em casa. -----

--- Pretendia dar um agradecimento especial a todos os serviços de apoio, secretariado, funcionários da Biblioteca Municipal, informática, técnicos de som e imagem. -----

--- Disse que pretendia desejar a todos um bom ano, que o seguinte fosse melhor que o atual. Pensava que aquele era o maior desejo que podiam fazer, todavia considerava que se fosse igual ao atual já não seria mau, que estavam quase a viver no paraíso e esqueciam-se disso. -----

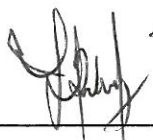
--- Deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(José Vitorino Rodrigues Pereira)



(Maria Manuela Gonçalves Romão)



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de louvor à Banda Musical de Tavira pelo seu Centenário (1925-2025)

Fundada em 1 de dezembro de 1925 como "Banda Musical dos Bombeiros Municipais", com 25 elementos, adotou nesse mesmo ano a designação "Banda Musical de Tavira", por iniciativa do poeta e Presidente da Câmara Municipal de então, Isidoro Manuel Pires. Trata-se de uma coletividade centenária que se mantém viva até aos nossos dias graças à dedicação de sucessivas direções e músicos, permanentemente empenhados na transmissão e no ensino da música.

A sua criação insere-se numa rica tradição musical taviense que remonta ao século XIX, nomeadamente com a Banda do Regimento de Infantaria (1803), a Sociedade Filarmónica Tavirense (1839), a Filarmónica dos Artistas de Tavira (1859) e as célebres filarmónicas rivais "Os Limpinhos" (1886) e "Os Namarrais" (1887). Após a transferência da Banda do Regimento para Faro em 1911 e o fim de "Os Limpinhos" em 1919, a criação da Banda Musical de Tavira veio preencher um vazio na vida cultural da cidade.

Ao longo deste século de existência, várias gerações de músicos integraram esta instituição, algumas das quais prosseguiram carreira profissional, contribuindo significativamente para o panorama musical nacional. Em junho de 2025, a Banda foi distinguida com a medalha municipal de mérito grau ouro, reconhecimento que atesta o seu prestígio e importância para a comunidade. Em setembro de 2025, teve a honra de protagonizar, ao lado da cantora Viviane, a cerimónia de reabertura do Teatro Municipal António Pinheiro, reafirmando o seu papel central na vida cultural taviense.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Atualmente, a Banda Musical de Tavira é composta por cerca de 45 elementos, sob a direção do maestro Filipe Martins Bagarrão, e mantém uma Escola de Música que acolhe diversos alunos, assegurando a continuidade da tradição e do ensino desta arte.

A banda apresenta uma agenda cultural dinâmica, participando em concertos, festivais, arruadas e procissões. Merece particular destaque a Charola que, no início de cada ano, interpreta e apresenta cânticos em honra do Menino Jesus, preservando tradições musicais ancestrais da cidade.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera:

1. Aprovar um Voto de Louvor pela comemoração do centenário da Banda Musical de Tavira;
2. Dar conhecimento desta deliberação à Banda Musical de Tavira, apresentando-lhe as devidas felicitações pelo seu notável percurso e inestimável contributo cultural;
3. Remeter cópia da deliberação à Câmara Municipal de Tavira, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos meios de comunicação do Município de Tavira.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Voto de Louvor

Comemoração dos 125 Anos da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo

O dia 14 de dezembro de 1899 marca a fundação da União Velocipédica Portuguesa, que posteriormente em resultado da legislação desportiva posta em vigor no dia 1 de janeiro de 1944, passa a ser designada por UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo.

Desde logo o ciclismo tornou-se a modalidade mais popular do desporto nacional, principalmente através da Volta a Portugal, que contou com a primeira edição em 1927 e levou o desporto à porta de todos os portugueses, um desporto que conseguiu unir todo o país e que esteve na génese da popularidade de alguns dos maiores clubes nacionais.

Desde a popularidade inicial, à afirmação no desporto nacional e internacional e às mais recentes conquistas de títulos Mundiais e Olímpicos, há um percurso de sucesso que queremos reconhecer e louvar.

Tavira sempre foi uma cidade de fortes tradições no ciclismo primeiro com o Ginásio Clube de Tavira e desde 1979, de forma ininterrupta, pelo Clube de Ciclismos de Tavira. Em reconhecimento de todo o historial do nosso Município e do seu contributo para o ciclismo nacional, agradecemos a distinção pública com o “Prémio Dedicção” outorgada pela UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, ao Município de Tavira.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de dezembro de 2025, delibera:

- Aprovar um Voto de Louvor pelos 125 anos de atividade da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo;
- Felicitar a Direção da Federação, bem como todas as Associações Regionais, Equipas, Atletas, Técnicos e Dirigentes ligados à modalidade;
- Agradecer à UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, o reconhecimento e a distinção do Município de Tavira com o prémio dedicação, autarquia que acolhe a equipa mais antiga do pelotão mundial;
- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo;

- 
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



Tavira, 30 de dezembro de 2025

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**Voto de Louvor à investigadora Brígida Baptista
pelo seu contributo à investigação e valorização do
património marítimo do Algarve**

Brígida Baptista, natural de Santa Luzia e investigadora do Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa, tem focado o seu trabalho na história da pesca do atum no Algarve, especificamente em Santa Luzia e na armação do Barril.

Durante mais de uma década, a investigadora reuniu fontes históricas, cartográficas e testemunhos orais, permitindo recuperar memórias e património material que estavam em risco de se perder. Este trabalho resultou na criação do projeto "Odisseia do Atum", que une a história, a educação e o turismo, através de rotas interpretativas e atividades pedagógicas que envolvem escolas e associações locais.

O mérito do seu trabalho foi recentemente reconhecido com o prémio *Research Impact Narratives* da NOVA FCSH, que distingue o impacto social e científico da investigação académica. Além deste prémio, Brígida Baptista foi condecorada em 2024 com a Medalha de Mérito da Junta de Freguesia de Santa Luzia. O seu trabalho foi também decisivo para a preservação de património físico na Praia do Barril, como a sinalização de âncoras históricas.

Pelo exposto, a investigação de Brígida Baptista demonstra como o estudo científico pode contribuir diretamente para a valorização e gestão do território.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera:

1. Aprovar um Voto de Louvor à investigadora Brígida Baptista pelo seu trabalho científico e patrimonial;
2. Felicitar a investigadora pelo prémio recebido e pelo impacto da sua atividade no concelho;
3. Dar conhecimento desta deliberação à visada, à Câmara Municipal de Tavira e aos órgãos de comunicação social, procedendo à sua publicação nos meios do Município.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Voto de Congratulação Conjunto - Clube Recreio e Desporto Santaluziense

O Clube Recreio e Desporto Santaluziense conquistou, no passado dia 21 de dezembro de 2025, no Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho, em Tavira, a Taça de Campeão de Inverno da Liga 1 da Associação de Futebol do Algarve, um feito de elevado mérito que dignifica a Vila de Santa Luzia e o concelho de Tavira.

Esta conquista resulta do empenho, da dedicação e do profissionalismo demonstrados pelos atletas, pela equipa técnica e pelos dirigentes do clube, refletindo um forte espírito de união, determinação e ambição competitiva, bem como o trabalho consistente desenvolvido ao longo da época desportiva.

O sucesso alcançado é igualmente fruto do apoio permanente dos adeptos e da comunidade Santaluziense, cujo entusiasmo e compromisso têm sido fundamentais, e evidencia o papel do associativismo desportivo na promoção da coesão social, do envolvimento comunitário e da valorização do desporto no concelho.

A Assembleia Municipal de Tavira reconhece ainda o contributo institucional da Câmara Municipal de Tavira, cujo apoio tem sido determinante para o desenvolvimento da modalidade e para a criação das condições necessárias à prática desportiva.

Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 30 de dezembro de 2025, delibera:

- Congratular o Clube Recreio e Desporto Santaluziense pela conquista da Taça de Campeão de Inverno da Liga 1;
- Felicitar os atletas, equipas técnicas, dirigentes, associados, familiares e adeptos por este êxito coletivo;



- Remeter cópia da presente deliberação à Direção do clube, à Câmara Municipal de Tavira, à Associação de Futebol do Algarve e aos órgãos de comunicação social, procedendo à sua divulgação nos canais oficiais do Município.



Os Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do CHEGA.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO SOBRE A POSSÍVEL REORGANIZAÇÃO DO INEM E A SAÚDE NO ALGARVE

Foi com profunda preocupação que tomámos conhecimento das intenções do Governo relativamente à reorganização do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), que poderá incluir a extinção da Delegação Regional do Algarve e alterações estruturais nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

A Delegação Regional do Algarve, em Loulé, é uma infraestrutura moderna e estratégica, resultado de uma parceria entre o INEM e o poder local para reforçar a eficácia e a proximidade do socorro em toda a região. A sua localização privilegiada — junto à Cidadela da Segurança — permite uma coordenação ímpar entre meios aéreos, bombeiros e o Comando Regional de Proteção Civil.

O encerramento ou a redução desta delegação representaria um grave retrocesso, comprometendo a rapidez e a qualidade do socorro, ao mesmo tempo que desperdiçaria valioso investimento público.

Acresce a esta preocupação a indisponibilidade recorrente do helicóptero de emergência médica sediado em Loulé, situação que gera um justificado alarme social e coloca em risco vidas humanas. É urgente que o Ministério da Saúde garanta a plena operacionalidade deste meio aéreo, essencial para assegurar o socorro em tempo útil numa região extensa como o Algarve.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

A par desta incerteza, manifestamos igual apreensão quanto ao sucessivo adiamento das obras do novo Hospital Central do Algarve. Sem este investimento estruturante, e perante as reformas anunciadas pelo Governo, as dificuldades da saúde na região irão inevitavelmente agravar-se, penalizando cidadãos e profissionais.

Consideramos fundamental que o Ministério da Saúde e o Governo assegurem transparência e diálogo com as autarquias e as populações. Qualquer reorganização deve:

1. Respeitar e consolidar os investimentos realizados, mantendo a Delegação Regional do INEM no Algarve;
2. Assegurar a continuidade e a melhoria da resposta dos CODU e o fortalecimento da ANEPC;
3. Garantir que o Algarve não perca capacidade operacional, proximidade no socorro, nem qualidade assistencial.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera comunicar esta posição ao Gabinete do Primeiro-Ministro, à Ministra da Saúde, aos Presidentes da ANEPC e do INEM, aos Deputados eleitos pelo círculo do Algarve e a todos os Municípios da região, apelando à preservação de um serviço de emergência médica digno, eficaz e próximo das populações.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Voto de Pesar Conjunto pelo falecimento de Auristela “Tela” Leão

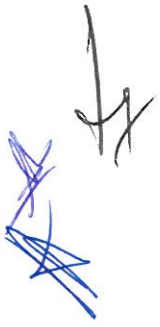
No dia 8 de novembro de 2025, o concelho de Tavira perdeu uma das suas figuras mais marcantes no domínio da cultura, da cidadania e do pensamento crítico, com o falecimento de Auristela Leão, conhecida como Tela Leão, aos 74 anos, vítima de doença oncológica.

Natural de Manaus, Brasil, e tavirense por escolha desde 2007, Tela Leão fez de Tavira a sua casa e o seu projeto de vida, deixando um legado profundo e duradouro na afirmação do concelho como território de cultura, diversidade, participação cívica e diálogo intercultural.

Com formação em Música, Tradução Literária e Arquitetura e Urbanismo, desenvolveu um percurso profissional vasto e multifacetado como atriz profissional, dramaturga, argumentista, produtora e programadora cultural. Ao longo de décadas, participou em projetos de grande relevância nacional e internacional, destacando-se, entre outros, as funções desempenhadas na Expo'98, na Expo 2000 em Hannover e na Expo 2008 em Zaragoza, bem como a coordenação e direção artística de festivais e eventos culturais de referência.

Enquanto programadora cultural independente em Tavira, foi uma força motriz de múltiplas iniciativas artísticas e cívicas, nomeadamente através da associação Partilha Alternativa, que presidiu, e do movimento Tavira Ilimitada, promovendo ativamente o combate ao racismo e à xenofobia, o envolvimento da comunidade e a cultura como espaço de encontro.

Entre os seus contributos mais marcantes destaca-se a criação, programação e direção artística da Festa dos Anos de Álvaro de Campos, festival multidisciplinar que afirmou Tavira no panorama cultural nacional, envolvendo artistas locais, regionais, nacionais e internacionais, e celebrando anualmente o legado de Fernando Pessoa.



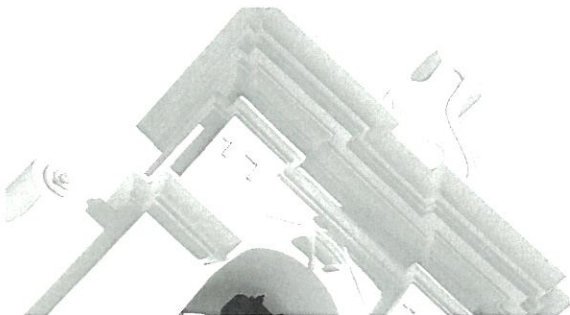
Tela Leão distinguiu-se pela sua generosidade intelectual, pela capacidade de unir pessoas e instituições em torno da cultura, pela coerência entre pensamento e ação e pelas suas qualidades humanas. Foi igualmente cronista e colaboradora de órgãos de comunicação social, onde deixou reflexões críticas, lúcidas e profundamente humanas.

A sua morte representa uma perda irreparável para Tavira e para a cultura portuguesa.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de dezembro de 2025, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Auristela “Tela” Leão, reconhecendo o seu inestimável contributo para a cultura, a cidadania e a afirmação artística do concelho de Tavira;
2. Endereçar à sua família enlutada, em particular ao seu marido, filhos e demais familiares, bem como aos amigos e à comunidade cultural, as mais sentidas condolências;
3. Remeter cópia da presente deliberação à Câmara Municipal de Tavira, à Associação Casa Álvaro de Campos, à Associação Partilha Alternativa, e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, procedendo igualmente à sua publicação nos meios de comunicação do Município.

Os Grupos Parlamentares do Partido Socialista e Partido Social Democrata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2025-2029)

ATA EM MINUTA

Sessão n.º 8

Sessão Ordinária Pública, de 30 dezembro 2025

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira.

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: José Vitorino Rodrigues Pereira

2.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Rui Manuel Rocha Horta (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- José Vitorino Rodrigues Pereira (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH)
- Linda Jarmila Baptista Gonçalves Louro Ova (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima (PS);
- David Martins (PS);
- Carlos Alberto Nascimento Valente Madeira Pires (PPD/PSD);

- 
- André Alexandre Filipe de Oliveira (CH);
 - Sofia Isabel Costa Gomes (PS);
 - Joana Isabel Mendonça Morcela (PPD/PSD);
 - Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
 - Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
 - Luís Filipe Faleiro Machado (PS);
 - Viriato Luís Santana de Jesus (PPD/PSD);
 - Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
 - Emília Domingos Justo (CH);

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira, João Miguel Viegas de Mendonça;
- Junta de Freguesia de Santo Estêvão, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Arménio Manuel Horta Viegas;
- Junta de Freguesia de Conceição, Hélder dos Mártires Palma da Conceição;
- Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Baptista;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Nuno Leonel Gonçalves Mateus;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Pacheco Soares (PS);
- Luís Manuel Duarte de Brito (PPD/PSD);
- José Maria Almeida Pires Marques de Campos (CH)

Deliberações tomadas:

VOTO DE LOUVOR À BANDA MUSICAL DE TAVIRA PELO SEU CENTENÁRIO (1925-2025)-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Louvor à Banda Musical de Tavira pelo seu centenário (1925-2025), apresentado pelo Partido Socialista.

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetida a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE LOUVOR PELA COMEMORAÇÃO DOS 125 ANOS DA UVP – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Louvor pela comemoração dos 125 Anos da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, apresentado pelo Partido Social Democrata. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetida a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE LOUVOR À INVESTIGADORA BRÍGIDA BAPTISTA PELO SEU CONTRIBUTO À INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MARÍTIMO DO ALGARVE-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Louvor à investigadora Brígida Baptista pelo seu contributo à investigação e valorização do património marítimo do Algarve, apresentado pelo Partido Socialista. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetida a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – CLUBE RECREIO E DESPORTO SANTALUZIENSE-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Congratulação ao Clube Recreio e Desporto Santaluziense, apresentado pelo Partido Socialista e pelo Partido Chega.-----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetida a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

MOÇÃO – SOBRE A POSSÍVEL REORGANIZAÇÃO DO INEM E A SAÚDE NO ALGARVE -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão a Moção – sobre a possível reorganização do INEM e a saúde no Algarve, apresentada pelo Partido Socialista. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com dezoito votos a favor e onze abstenções.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA TELA LEÃO-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o Voto de Pesar pelo falecimento da Tela Leão, apresentado pelos Partidos Socialista e Social Democrata. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi o mesmo submetida a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 336/2025/CM - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)-----

--- Pelo Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 336/2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 03 de dezembro de 2025. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e três abstenções. -----

PROPOSTA N.º 337/2025/CM - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS-----

--- Pelo Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 337/2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 03 de dezembro de 2025. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e treze abstenções. -----

PROPOSTA N.º 338/2025/CM - TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) - ANO 2026-----

--- Pelo Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 338/2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 03 de dezembro de 2025. -----

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PROPOSTA N.º 346/ 2025/CM - DERRAMA A INCIDIR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2025

--- Pelo Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 346/ 2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 17 de dezembro de 2025. ---

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria de com quinze votos a favor, treze votos contra e uma abstenção.-----

PROPOSTA N.º 351/ 2025/CM - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - ACORDOS E AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS FREGUESIAS – 2025-----

--- Pelo Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 351/ 2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 17 de dezembro de 2025. ---

--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e catorze abstenções. -----

PROPOSTA N.º 352/ 2025/CM - ORÇAMENTO MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2026-----

--- Pelo Presidente foi apresentada a proposta de deliberação número 352/ 2025/CM, aprovada em reunião da Câmara Municipal ordinária realizada em 17 de dezembro de 2025. ---

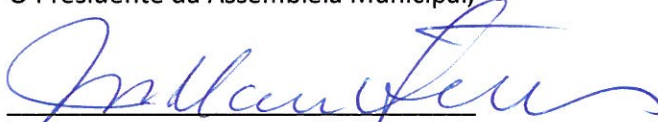
--- Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida a votação da seguinte forma:-----

--- Ponto 1 – Orçamento Municipal - Aprovado por maioria com quinze votos a favor e treze votos contra. Tendo a bancada do Partido Social Democrata apresentado uma declaração de voto, que se anexa a esta ata em minuta como documento número um, e a Bancada do Partido Socialista também apresentou uma declaração de voto que se anexa a esta ata como documento número dois. -----

--- Ponto 2 – Mapa de pessoal - Aprovado por unanimidade.-----

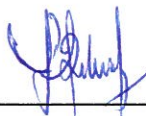
Para constar e legais efeitos se lavrou a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e Secretários.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(José Vitorino Rodrigues Pereira)



(Maria Manuela Gonçalves Romão)



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Assembleia Municipal de Tavira dia 30 de dezembro de 2025
Proposta nº 352/ 2025/CM - Orçamento municipal para o ano 2026

Declaração de Voto

O Orçamento Municipal, para além do documento estratégico mais importante do Município, é a base para o desenvolvimento de toda a atividade municipal, onde todas as ações, obras, projetos e investimentos estão necessariamente definidos. Somos conhecedores da imensa dificuldade que subjaz a sua elaboração.

A proposta de Orçamento Municipal para 2026 segue linhas estratégicas e a orientação política dos orçamentos anteriores, que tem conduzido Tavira a uma visível estagnação, que difere da nossa visão para o futuro de Tavira.

Sendo certo que a orientação política é uma opção legítima do Executivo, já a inexistência de quaisquer informações sobre a “EMPET – Parques Empresariais de Tavira, EM”, no presente orçamento constitui uma omissão grave.

Alertamos, ainda, que este facto é recorrente desde o anterior mandato, continuando-se a desconhecer, as responsabilidades, a orientação e o objetivo do Executivo Municipal relativamente ao presente e ao futuro da Empresa Municipal.

Face ao referido apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 352/2025/CM - Orçamento municipal para o ano 2026.

Tavira, 30 de dezembro de 2025

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Declaração de voto do Partido Socialista

O Partido Socialista vota a favor deste Orçamento porque é sério, responsável e rigoroso. Ele apresenta uma visão clara para o concelho e inclui projetos importantes e socialmente relevantes para Tavira e para os seus habitantes.

Este Orçamento responde às necessidades reais da população, investe nas pessoas e promove coesão social, desenvolvimento equilibrado e futuro.

Lamentamos, porém, o voto contra do PSD e do Chega. Esse voto demonstra falta de espírito democrático e desrespeito pela vontade recente dos cidadãos, que confiaram ao Partido Socialista e à Presidente Ana Paula Martins a governação do concelho.

Votar contra este Orçamento é votar contra medidas que fazem diferença na vida das pessoas, nomeadamente:

- Políticas de apoio à natalidade;
- Reforço da segurança e da proteção civil;
- Melhor mobilidade e espaço público;
- Construção e requalificação de equipamentos desportivos;
- Valorização da escolas pública;
- Melhoria das condições de saúde no concelho.

O Partido Socialista reafirma o seu compromisso com um desenvolvimento responsável, solidário e inclusivo, colocando as pessoas no centro das decisões. Por isso, votamos favoravelmente este Orçamento.